



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

WELITON DALLA BRIDA WISENTAINER

**OS CIDADÃOS QUE NÓS QUEREMOS: UM OLHAR SOBRE A
EDUCAÇÃO ESTADONOVISTA A PARTIR DO COLÉGIO CATARINENSE
(1937 - 1945)**

Florianópolis,
2019

WELITON DALLA BRIDA WISENTAINER

**OS CIDADÃOS QUE NÓS QUEREMOS: UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO
ESTADONOVISTA A PARTIR DO COLÉGIO CATARINENSE (1937 - 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito
para obtenção dos títulos de licenciado e bacharel em
História.

Orientador: Prof. Carlos Eduardo dos Reis

Florianópolis,

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Wisentainer, Weliton Dalla Brida

Os cidadãos que nós queremos : Um olhar sobre a educação
estadonovista a partir do Colégio Catarinense (1937 -
1945) / Weliton Dalla Brida Wisentainer ; orientador,
Carlos Eduardo dos Reis, 2019.

80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

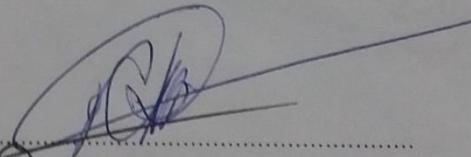
1. História. 2. Estado Novo. 3. Educação. 4. Colégio
Catarinense. 5. Nereu Ramos. I. dos Reis, Carlos Eduardo.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.

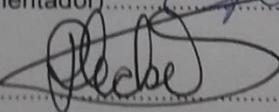


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

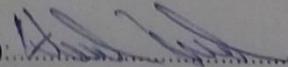
Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, dez às horas, na sala de reuniões dezesseis B do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Carlos Eduardo dos Reis (Orientador e Presidente); Prof^ª. Roselane Neckel (Titular); Prof. Paulo Pinheiro Machado (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 94/HST/CFH/2019, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Weliton Dalla Brida Wisentainer**, intitulado: **“Os cidadãos que nós queremos: um olhar sobre a educação estadonovista a partir do colégio catarinense (1937 - 1945)”**. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. Carlos Eduardo dos Reis, nota 10,0, Prof^ª. Roselane Neckel, nota 10,0, Prof., nota —, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2019.

Prof. Carlos Eduardo dos Reis (Orientador):.....

Prof^ª. Roselane Neckel (Titular):.....

Prof. Paulo Pinheiro Machado (Suplente):.....

Weliton Dalla Brida Wisentainer (Candidato):.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Weliton Mellabrida W., matrícula n.º 15101747, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Os Cidadãos que nós queremos: um olhar sobre a Educação no Estado no Voto A Partir do Utopia Catarinense - 1937/1945 com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 19 de Januário de 2020.


Prof. Carlos E. Reis

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Começo esta parte citando as duas pessoas mais importantes na minha vida atualmente: minha irmã Poliana e minha tia Morgani. Ambas foram essenciais durante esses quatro anos e meio de graduação, puxando a minha orelha em diversos momentos desta minha trajetória acadêmica e exercendo uma paciência monástica quanto a minha crônica falta de comprometimento. Elas foram e são decisivas em praticamente todas as esferas da minha vida, sendo assim, meus sinceros agradecimentos. Ao meu tio Junior e minha prima Eduarda pelos, ironicamente, comentários que me incentivaram a melhorar, mesmo em velocidade quase imperceptível. Ao meu pai José e minha madrastra Izolda pelo apoio e pelas risadas proporcionadas em minhas visitas a Brusque.

Agradeço também ao meu orientador, professor Carlos Eduardo dos Reis, pelo seu apoio na formatação desse trabalho, sobretudo nas partes iniciais referente as divisões dos temas e na metodologia empregada na análise das fontes. Sem esse “norte”, este TCC nunca sairia do papel.

À Patrícia Grumiche Silva, Celina Silveira Medeiros e Maiara da Cruz Wentz, funcionárias do Colégio Catarinense responsáveis pelo arquivo da instituição. Durante os meses que estive digitalizando os relatórios gerais, fui muito bem atendido em todos os momentos, tendo sido incentivado constantemente a “espalhar” a iniciativa do colégio em abrir seus arquivos ao público. Essas atitudes são fundamentais para o campo da historiografia.

Ao Departamento de Enfermagem como um todo pelo espaço formativo que me acolheu como bolsista por praticamente toda a minha graduação. Um agradecimento especial às professoras Dulcinéia, Ana Izabel, Daniela e à Clarissa, Monique e Luciano, pelas risadas e importantíssimas dicas e “toques” sobre a vida e as escolhas que devemos tomar.

Por fim, agradeço a todos que foram e vão ser importantes na minha vida, que me proporcionaram e vão me proporcionar inúmeras alegrias e tristezas, que me fizeram e vão me fazer crescer. A todas essas pessoas, meu muito obrigado de coração.

RESUMO

Durante a ditadura estadonovista (1937 – 1945), a educação esteve presente nos discursos oficiais como uma das principais soluções para os problemas do país, noção muito pouca explorada nos anos anteriores a década de 30. Todavia, essa ideia teve seus caminhos traçados pela própria natureza do governo em questão: as reformas educacionais focaram em um “ufanismo patriótico” nas disciplinas ofertadas e na criação do ambiente escolar. Questões como a ampliação da ascensão social por meio da educação e a elitização de alguns setores educacionais tomaram sua voz neste trabalho. Para responder essas dúvidas, tentou-se compreender como o Colégio Catarinense, a instituição de ensino secundário mais tradicional de Santa Catarina, se adequa as premissas educacionais do Estado Novo. Usando os relatórios gerais produzidos anualmente pela instituição, buscou-se compreender como as demandas nacionais e locais agiam sobre o cotidiano escolar do colégio, observando como a posição social do estabelecimento influenciou seu comportamento nessa nova configuração educacional na qual o país passava.

Palavras-chave: Estado Novo. Educação. Colégio Catarinense. Nereu Ramos. Elitização

ABSTRACT

During the state dictatorship (1937 - 1945), education was present in official discourses as one of the main solutions to the country's problems, a notion very little explored in the years prior to the 1930s. However, this idea had its paths traced by nature of the government in question: educational reforms focused on “patriotic pride” in the subjects offered and in the creation of the school environment. Issues such as the expansion of social ascension through education and the elitization of some educational sectors have taken their voice in this work. To answer these questions, we tried to understand how the Santa Catarina College, Santa Catarina's most traditional secondary education institution, fits the educational assumptions of the Estado Novo. Using the general reports produced annually by the institution, we sought to understand how national and local demands acted on the school's daily life, observing how the social position of the institution influenced its behavior in this new educational configuration in which the country was passing.

Keywords: Estado Novo. Education. Catarinense School. Nereu Ramos. Elitization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Homenagem ao Senador Vidal Ramos e ao Interventor Federal Nereu Ramos	23
Figura 2 - Homenagem ao presidente Eurico Gaspar Dutra	51
Figura 3 - Homenagem ao agora senador Nereu Ramos.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PRIMEIRO CAPÍTULO - Política e representação: as relações de poder por trás de uma ideologia.....	23
2.1 As elites políticas e o Colégio Catarinense.....	24
2.1.1 O surgimento do Colégio Catarinense: uma nova elite romanizada	24
2.1.2 A entrada do colégio no Estado Novo: cimentando as alianças	27
2.1.3 Reformas e Decretos-lei: a normalização educacional do autoritarismo ufanista	30
2.2 O Exército.....	33
2.2.1 Dos políticos aos militares: a força do Exército na vida nacional	33
2.2.2 A caça ao “germanismo” em Santa Catarina.....	34
2.2.3 A “americanização” da Segunda Guerra Mundial dentro e fora dos muros do colégio	36
2.2.4 O sentimento patriótico nas páginas dos relatórios.....	38
3 SEGUNDO CAPÍTULO - A representatividade do Estado Novo: “etapas” para a reconstrução da nação.....	42
3.1 Os caminhos a serem seguidos	42
3.1.1 Construindo uma “cara”	42
3.1.2 Estabelecendo uma identidade nacional coletiva.....	43
3.1.3 Memória única.....	44
3.1.4 Unidade territorial.....	46
3.2 A queda do regime e a remodelação do cenário nacional	50
3.2.1 A chegada da redemocratização	50
4 TERCEIRO CAPÍTULO - A formação dos estudantes no Colégio Catarinense: princípios, a “estrada real” secundária e visões católicas de mundo e sociedade	53
4.1 Princípios pedagógicos do Colégio Catarinense.....	53
4.1.1 Explanação entre 1937 a 1939.....	53
4.2 Histórico da educação brasileira	57
4.2.1 A pirâmide escolar dos anos 30 e 40.....	57

4.2.2 A “estrada real” da educação brasileira.....	60
4.3 O pensamento católico conservador	63
4.3.1 Moralização dos temas	63
4.3.2 Desenvolvimento histórico.....	65
4.3.3 Moralização do mundo sobre os olhos do colégio	67
4.3.4 Fixando campo nos temas sociais e culturais	69
4.3.5 Dom. Joaquim e a igreja de Santa Catarina.....	70
4.3.6 Uma ciência “recristianizada”	72
4.3.7 Manutenção do discurso em 1945	73
5 CONCLUSÃO.....	75
6 FONTES.....	77
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o Colégio Catarinense se adequa ao pensamento educacional do Estado Novo, usando como base a análise dos Relatórios Gerais produzidos pela instituição entre os anos de 1937 a 1945. Justifico a escolha desse tema pela “fusão” de dois assuntos que me interessaram muito durante meus anos de graduação: a historiografia educacional e Estado Novo.

Lendo sobre a importância dos anos 1930 a 1945 para a construção do Estado brasileiro moderno que conhecemos hoje, percebe-se que a educação ganhou destaque no período, consequência das políticas que reformularam e padronizaram os ciclos de ensino existentes na época.

Essas reformulações tinham como base um pensamento conservador e excludente que não entendia a educação como uma das promotoras da ascensão social: as modalidades de ensino primário, comercial e industrial não conseguiam se conectar com o que era proposto pelo ensino secundário, único caminho possível para chegar ao ensino superior.

A chamada “estrada real” da educação brasileira foi pensada como uma educação para poucos. *Os cidadãos que nós queremos: um olhar sobre a educação estadonovista a partir do Colégio Catarinense (1937 - 1945)* busca direcionar essa análise para uma perspectiva local. A escolha do Colégio Catarinense se deu porque a instituição se encaixava muito bem com o que era proposto pelos ditames educacionais do Estado Novo.

Essa análise só foi possível graças as fontes produzidas pelo próprio colégio. Neste trabalho foram usadas apenas os Relatórios Gerais produzidos anualmente pela instituição, podendo ser divididos internamente em três categorias: 1º) os dados quantitativos, que incluem o número de alunos matriculados, quantidades de horas destinadas a cada disciplina, número de internos e externos, quantidade de alunos que conseguiram passar no exame de admissão e outros; 2º) os pontos de progresso e os prêmios e medalhas desportivas, que se resumem a lista de alunos que foram premiados por bom comportamento, notas e desempenho desportivo; 3º) transcrições da vida anual do colégio, referente a todo tipo de evento que ocorreu durante o ano letivo, indo de homenagens até os relatos das atividades corriqueiras.

Neste trabalho usamos apenas a última categoria pela possibilidade de analisar as transformações discursivas presente nas falas descritas ao longo dos relatórios, se atentando a maneira como certos eventos e ações foram sendo apresentadas.

Dado o objetivo deste trabalho, a investigação das fontes acabou possibilitando observar o surgimento de alguns temas decorrentes da vida nacional, o desenrolar da política pedagógica do colégio e delimitar a força da presença de autoridades estatais, militares e religiosas no decorrer do ano letivo.

Os Relatório Gerais seguiam a tendência de separar seus assuntos em algumas secções. Dentre elas, e pensando exclusivamente nas relacionadas as transcrições da vida cotidiana, algumas surgiam mais recorrentemente: os *Relatórios Particulares*, dividido em internato e externato, os *Donativos* para o museu e para a biblioteca da escola e as *Crônicas Finais*. Nessas, conseguimos perceber o aumento da citação de certas homenagens e discursos que valorizavam um patriotismo de caráter ufanista e a opinião sobre certos temas sociais condizentes com o pensamento católico conservador.

Foi observando esses incrementos que conseguimos analisar as fontes dividindo-as em duas partes: uma focando o aspecto político e ideológico que envolvia a representatividade dos políticos locais, dos militares e a “cara” posta ao regime e a outra que analisava os princípios pedagógicos do colégio, o contexto educacional da época e a influência do pensamento católico dos anos 30 e 40 nessa formação educacional.

Nos relatórios de 1937 até 1939 esse aumento ficou restrito a seção *Relatórios Particulares*, com citações pontuais ao espírito patriótico, mas focando no aspecto moral da formação dos alunos. Por exemplo, até 1939 uma seção intitulada *Teatros e Festas* tinha como foco informar os aspectos formativos presentes em atividades como teatro e ginástica, tendo alguns poucos eventos citados de maneira separada.

A partir do Relatório Geral de 1940, os eventos e homenagens começam a ser descritos em secções próprias, com páginas narrando o desenrolar de discursos proferidos por autoridades políticas, eclesiásticas, estatais e até alguns alunos. Todas essas falas tinham como característica o aumento de tom sobre questões relacionadas aos interesses do Estado Novo e da Igreja Católica: iam da defesa da pátria contra o comunismo até o combate a indissolubilidade familiar.

Esse crescimento, digamos, independente dos temas nos Relatórios Gerais, nos leva a divisão citada anteriormente. É na forma como é apresentado, observando as figuras de poder presentes nesses atos, ao mesmo tempo fazendo ligações com as temáticas suscitadas em discursos, que essas festas e eventos diversos deram a tônica para a formatação deste trabalho.

Dentre eles, cito a formatura dos bacharelados de 1941 e 1942, as comemorações do dia do soldado ou de Duque de Caxias, em 1943, e a colação de grau dos bacharéis da

Faculdade de Direito, 1944. Todos esses reuniram importantes temáticas que deram um norte a este trabalho, pois traziam peculiaridades que juntas formavam um quadro sobre o pensamento conservador e elitista que envolvia o Colégio Catarinense durante o Estado Novo. Contudo, nada disso seria possível sem o aporte bibliográfico que permitiu ler e reler as fontes de maneira mais concisa.

Um importante obra que trabalha os acontecimentos internos do Colégio Catarinense no decorrer destes anos é o livro de Rogério Luiz de Souza intitulado *Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense*. Trabalhando em um período de tempo até mais longo que o proposto para este trabalho, começando na Revolução de 1930 e se estendendo até o fim do regime em 1945, o autor apresenta como o pensamento de “brasilidade” proposto pelo Estado Novo foi aplicado no cotidiano do colégio pela intermediação da Igreja Católica de Santa Catarina, chefiada pelo então Arcebispo de Florianópolis Dom. Joaquim Domingues de Oliveira.

Tem grande importância observar a maneira como o autor traça a atuação de Dom. Joaquim como elemento chave na imposição mais “suave” da ideologia educacional do governo em Santa Catarina (SOUZA, 2005).

Contudo, outros importantes personagens aparecem de maneira secundária, como o Exército e, sobretudo, as elites políticas locais, encabeçadas pelo Interventor Federal Nereu Ramos. A obra acabou por delimitar mais seu foco na atuação do Arcebispo Dom. Joaquim, deixando em segundo plano como os agentes políticos proporcionaram uma abertura bem conduzida aos ideais estadonovistas de educação.

Porém, atesto que o autor trabalha sim com o histórico elitista presente na fundação do colégio, detalhando a presença das autoridades envolvidas nesse processo e como ocorre a remodelação do perfil de estudante requerido no Estado Novo. Porém, pensando os agentes políticos que tiveram participação nessa remodelação proporcionada pelo colégio, o olhar ficou quase que exclusivamente na participação de Dom. Joaquim. Para além disso, a força dessa obra reside na clarificação do cotidiano escolar em uma instituição sombreada por um regime autoritário.

Outra importante bibliografia de base é a obra de Norberto DallaBrida chamada *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*. Nela, o autor explora o período anterior aos acontecimentos decorrentes de 1930, porém, permitindo traçar em qual movimento histórico o Colégio Catarinense surgiu: o mapeamento social das elites

políticas e econômicas da época e seu decorrente processo de “romanização”, que consistiu em reformular as bases da formação cultural à uma moda mais civilizada e europeia.

Assim, DallaBrida (2001) apresenta muito bem como a criação do colégio, gerida por padres jesuítas alemães, foi uma resposta direta dessas demandas. Mas não somente, pois definiu também como o mesmo se estabeleceu como a principal instituição de ensino secundário do estado, perpetuando uma íntima relação com essas mesmas elites e com o clero católico local. Essa bibliografia foi de extrema importância em nosso primeiro capítulo, pois permitiu assentar em quais bases históricas a instituição foi criada.

Trocando de tema, algumas bibliografias foram também muito importantes quando pensamos nas políticas do Estado Novo. Simon Schwartzman em *Tempos de Capanema* trabalha o período desde a ascensão em Minas Gerais de Gustavo Capanema, o futuro ministro de Educação e Saúde Pública, até a sua saída do governo em 1945. Schwartzman tem o brilhante trabalho de relacionar as políticas vanguardistas de fomento à arte, educação e cultura promovidas pelo então ministro com o contexto social e cultural das décadas de 30 e 40, buscando deixar claro como certos grupos sociais exerciam influência na tomada de decisão do governo e de seus ministros.

Outra obra importante para entender o contexto histórico do período estadonovista é o capítulo de Maria Helena Capelato, *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*, presente no livro *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*. Capelato faz um importante trabalho de contextualizar todos os estágios de formação e queda do Estado Novo, trazendo à tona a conturbada situação interna que o país passou entre 1930 a 1937 até como o contexto internacional da Segunda Guerra Mundial acelera o processo de redemocratização. Outro importante ponto trabalhado pela autora é a política desenvolvimentista idealizada por Getúlio Vargas, proporcionando um crescimento da influência estatal afim do desenvolvimento industrial e econômico do país. Cabe ressaltar que o modelo educacional que acentuava a amor ao trabalho e a obediência à nação estavam intimamente ligados com a expectativa gerada pelo projeto desenvolvimentista do Estado Novo.

Falando um pouco sobre a presença dos militares, o capítulo de José Murilo de Carvalho intitulado *Vargas e os militares*, presente na obra *Repensando o Estado Novo*, trabalha como a relação entre o Exército e Getúlio Vargas definiu os rumos da criação e manutenção do Estado Novo. José Murilo entende os militares como um grupo autônomo e

homogêneo, com pensamento político próprio e que estabelece uma aliança governamental com Vargas com o intuito de exercer algumas de suas políticas planejadas.

Sergio Murilo Pinto e seu capítulo *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*, também parte da obra *Repensando o Estado Novo*, aprofunda mais esse pensamento político focando na figura de Góis Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. Góis Monteiro é descrito como a cabeça do Exército durante os anos 30 e 40, tendo papel principal nos expurgos e na homogeneização realizada nos quartéis até as tomadas de decisões referentes a política nacional.

Dentre as influências exercidas pelo Exército, a Campanha de Nacionalização foi o movimento que mais reverberou em Santa Catarina. Marlene de Fáveri em seu artigo *Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, disserta sobre essa política de repressão a imigrantes e descendentes de europeus na região sul. Materializada pelo Exército, essa política buscou censurar e reprimir as instituições de fomento a cultura estrangeira, criando legislações próprias nessas regiões. Devido ao seu caráter alfabetizador, as escolas foram os locais de maior controle, promovendo o fechamento das instituições que não atingissem os requisitos demandados.

Clayton Hackenhaar em seu artigo *A Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1937- 1945): integração cultural e disputas políticas* aborda o aspecto da influência da política local nessa campanha: o autor escreve sobre como a influência do interventor federal Nereu Ramos junto ao Estado Novo e ao Exército possibilitou direcionar a repressão no estado aos seus rivais políticos de ascendência alemã. Cabe pontuar que essa obra foi muito importante no processo de releitura das fontes, porque possibilitou fazer certas conexões não percebidas anteriormente.

Celso de Rui Beisiegel em seu capítulo intitulado *Educação e sociedade no Brasil após 1930*, presente na obra *História geral da civilização brasileira*, trabalha o crescimento da demanda por educação no país a partir dos anos 30. Para o objetivo deste trabalho, focamos nossa análise na caracterização que Beisiegel promove do ensino secundário, entendendo-o como um ensino elitista e que não promovia a ascensão social possível com o setor educacional, movimento esse que só começa a mudar no fim do Estado Novo.

Delimitado o contexto educacional de maneira geral, tentamos entender como o Colégio Catarinense se estabelece nesse modelo de ensino secundário proposto por Gustavo Capanema e quais as estratégias usadas no período de transição.

Para isso, usamos outro importante artigo de Norberto DallaBrida intitulado *A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede*, onde o autor foca no período posterior ao fim do Estado Novo. DallaBrida aborda um movimento promovido pelo Colégio Catarinense de dar visibilidade aos seus ex-alunos ilustres a partir da criação de associação de ex-alunos e de um evento anual chamado “o churrasco da saudade”.

A força desse trabalho está em apresentar quais eram as teias de poder que o colégio havia estabelecido ao longo dos anos com as grandes autoridades políticas e sociais de Santa Catarina. Ao mesmo tempo conseguiu delimitar a transição de um modelo de ensino secundário no país, como a instituição se alocava no modelo antigo e as suas estratégias em perpetuar seu *status* na sociedade. Usamos essas constatações em nosso terceiro capítulo, na medida que buscamos conectar esse *status* com as premissas pedagógicas do colégio.

Outro capítulo usado da obra *História geral da civilização brasileira é A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*, de José Oscar Beozzo. Neste, o autor traça toda a transformação estrutural que a Igreja do Brasil teve que passar desde o fim do Regime Imperial até o fim do Estado Novo, pontuando as crises de legitimidade que se estendem desde a separação entre Igreja e Estado na Constituição de 1891 até as grandes manifestações populares católicas apresentadas em 1932.

A partir dessa data, a Igreja torna-se um corpo centralizado e altamente influente na política do legislativo e, posteriormente, na política ditatorial do Estado Novo. Junto dessa centralização surge um pensamento católico de tendência conservadora que consegue atar os dissidentes e oferecer ao governo estadonovista um aparato ideológico altamente reacionário e excludente.

Monica Pimenta Velloso, em seu artigo *A ordem: uma revista de doutrina, política e cultural católica*, trabalha mais a fundo os nuances desse pensamento. Para isso, analisa o período *A Ordem*, publicado pelo Centro Dom Vital, o maior grupo de estudos leigo do pensamento católico conservador. Nesse trabalho, conseguimos reunir uma série de temas que surgem nas páginas dos relatórios, possibilitando estabelecer a relação dialógica necessária.

Para a perspectiva local, a dissertação de Rogerio Luiz de Souza, *A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)*, nos oferece o contexto da mudança ocorrida na Igreja de Santa Catarina. Mudança essa, contudo, feita de maneira bem mais “palatável” às estruturas já existentes, pois o autor foca na atuação do Arcebispo de Florianópolis Dom. Joaquim Domingues como o mentor da inserção do pensamento católico conservador no estado, que com sua aliança com as elites políticas

consegue promover um forte controle sobre as instituições ligadas à Igreja local antes e durante o Estado Novo.

Todas as bibliografias foram de extrema importância pois elucidaram alguns entendimentos errôneos promovidos durante este trabalho, aplicando, com seus diferentes objetivos e recortes, significado a um quadro que envolvia diferentes grupos históricos, expostos em um período onde algumas visões de mundo foram abraçadas e, ao fim de um ciclo histórico, foram descartadas.

Por fim, podemos discutir sobre a divisão dos capítulos. No primeiro capítulo focamos nos aspectos políticos e representativos do Estado Novo a partir dos Relatórios Gerais. Traçamos o contexto histórico por trás da criação do Colégio Catarinense, realçando como seu surgimento foi fruto de uma demanda das elites políticas do estado em obter uma formação mais europeizada.

Para isso, pontuamos a proximidade entre essas elites e Igreja Católica de Santa Catarina, tendência essa que segue adentro no Estado Novo. Pontuamos também a presença dos militares na vida do colégio, realçando o aumento das citações do Exército como instituição própria: isso seguiu, de um lado, uma tendência histórica de valorização de empregos com grandes posições sociais e do outro lado pela gerência do Exército na política de nacionalização em Santa Catarina.

No segundo capítulo focamos no aspecto representativo do Estado Novo, a sua “cara”. As páginas dos relatórios apresentaram uma tentativa de criar uma identidade nacional para a população, elencando atitudes ideais que integrassem nacionalmente uma população tão diversa.

No terceiro capítulo, nosso foco ficou para o aspecto formativo dos estudantes do Colégio Catarinense. Delineamos quais foram os princípios pedagógicos mais citados entre os Relatórios Gerais de 1937 a 1939, pois, até o Relatório Geral de 1940 existiu um padrão de organização interna das fontes. Pontuamos isso pois nessa fase, digamos, mais “pura” das fontes é que conseguimos perceber uma essência pedagógica muito rígida e punitiva, que incentivava o estudo constante e vigiado e com a continua demanda por atitudes condizentes com a fé cristã. Essa educação acabava incentivando um sentimento de distinção desses alunos.

É nesta toada que trabalhamos o contexto educacional do país durante os anos 30 e 40, focando no significado e importância da modalidade secundária de ensino: conhecida como a “estrada real” da educação brasileira, o ensino secundário brasileiro foi historicamente

construído como o único caminho possível para ensino superior, tendência essa que foi institucionalizada por Gustavo Capanema.

De caráter quase que exclusivamente privado, a modalidade secundária reunia os filhos das elites e classes médias ascendentes, os únicos que poderiam pagar por uma educação que os preparasse para tomar os empregos mais bem remunerados e de maior destaque no país. Por último, buscamos entender como o pensamento conservador católico que toma conta da Igreja Católica do Brasil influenciou o cotidiano do colégio. Com isso em mente, definimos a posição que possuía o Arcebispo Metropolitano Dom. Joaquim de Oliveira Domingues dentro das instituições ligadas à hierarquia católica.

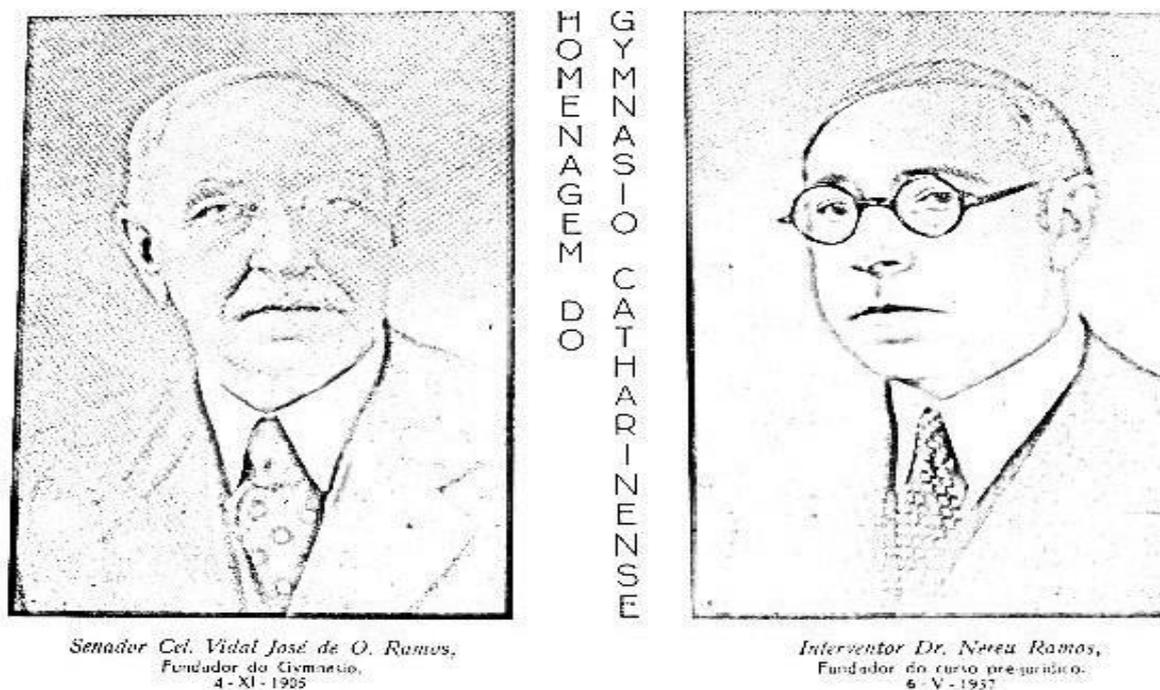
Este trabalho buscou conectar algumas questões políticas e ideológicas que pairavam sobre um período histórico importantíssimo para o país. As reformulações materiais e filosóficas que o campo educacional passou durante o Estado Novo torna essa temática rica em estudos, permitindo observar nos relatórios anuais de um colégio uma alta gama de informações sobre as relações de poder entre os personagens desse período e sobre a construção de uma mentalidade excludente e reacionária dentro dos muros de uma instituição educacional.

2 PRIMEIRO CAPÍTULO - Política e representação: as relações de poder por trás de uma ideologia

Pensar a presença do Estado Novo no Colégio Catarinense é pensar a presença de Nereu Ramos, então Interventor Federal. A família Ramos foi uma das famílias que controlou o meio político Catarinense durante a primeira metade do século XX. Nos anos do Estado Novo coube a Nereu Ramos o papel de Interventor Federal em Santa Catarina, conseguindo ampliar sua influência sobre os assuntos do estado. Esse poder conseguiu construir ou reafirmar relações com outras instituições baseadas no reconhecimento do *status*, da importância que tal figura proporcionava em seu meio. E é nesta base que o Colégio Catarinense se relacionou com a família Ramos.

Na segunda página do Relatório Geral produzida pela instituição em 1937, são apresentadas as fotos de Vidal Ramos e seu filho, Nereu Ramos, dividindo a página em uma sessão de homenagem aos serviços que continuamente a família Ramos prestou ao colégio.

Figura 1 - Homenagem ao Senador Vidal Ramos e ao Interventor Federal Nereu Ramos



2.1 As elites políticas e o Colégio Catarinense

2.1.1 O surgimento do Colégio Catarinense: uma nova elite romanizada

Norberto DallaBrida, em seu artigo *Ginásio Catarinense: Cultura Escolar Burguesa e Distinção Social*, aborda a criação do Colégio Catarinense durante o governo de Vidal Ramos: criado em 1906, o então Ginásio Catarinense foi pensado como o principal local de formação educacional dos filhos das elites catarinenses.

Em detrimento do antigo estabelecimento secundário público e gratuito que existia, Vidal Ramos firma um acordo com os jesuítas alemães¹ e reforma a antiga instituição, passando seu controle para as mãos da ordem: a educação “civilizatória” da Companhia de Jesus permitiu as elites políticas catarinenses ter uma formação intelectual que as distingue-se das demais classes (DALLABRIDA, 2006, p. 3).

Essa era a ideia e assim foi concretizada no mesmo ano de sua fundação quando conquista o status de instituição de ensino secundário equiparado ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Contudo, devemos nos atentar um pouco mais ao período histórico envolto na fundação do colégio. Novamente Norberto DallaBrida, agora em seu livro *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*, explica que entre os anos de 1893 até 1894 ocorre em Desterro a convergência da Revolta da Armada e da Revolução Federalista.

Após suprimir e fuzilar os revoltosos, toma o lugar no poder o Partido Republicano Conservador (PRC), formado por republicanos do século XIX (DALLABRIDA, 2001, p. 53). Essa nova elite política que domina o cenário político catarinense procura apagar a antiga memória dos tempos de Império e estabelecer novos modos de hierarquização social e espaçamento geográfico: busca uma identidade catarinense nova.

Os governadores catarinenses desde Hercílio Luz (1894-1898) começam um longo processo de reformas na cidade de Florianópolis, problematizando a estrutura urbana como questão médico-higienista. A consequência desse pensamento foi a exclusão das populações mais pobres às periferias da ilha. Esse processo foi se construindo de maneira gradual ao longo

¹ Esse contato é estabelecido na própria formação de Vidal Ramos no Colégio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo, localizado no Rio Grande do Sul. Esse colégio dirigido por padres jesuítas alemães era o principal destino dos filhos das elites do planalto catarinense e, posteriormente, das elites do Vale do Itajaí e do litoral do estado. Vidal Ramos é formado nas bases pedagógicas das instituições jesuítas, transferindo-as ao seu estado de origem.

dos anos: a partir da manutenção do novo mercado público próximo ao porto, pela criação de sistemas de esgoto e luz elétrica nas regiões centrais, pelos bondes movidos a tração animal e com a criação de espaços de lazer a moda europeia. No bairro Praia de Fora, localizado na Baía Norte, residências dessa nova elite econômica e política se espalhavam. Nesta mesma região, era criado o Colégio Catarinense.

O chamado “Botafogo catarinense” foi inicialmente pontuado por chácaras onde a elite da capital ia passar os finais de semana, mas, posteriormente, tornou-se residência fixa dos principais capitalistas locais – os grandes comerciantes e alguns industriais – e de profissionais liberais e políticos, que construíram luxuosos palacetes, procurando distanciar-se do centro urbano tradicional e usufruir dos banhos de mar, que começavam a se tornar um hábito social entre a classe abastada. Na primeira década do século XX, o Ginásio Santa Catarina, dirigido pelos padres jesuítas e frequentado pela elite catarinense, e o palacete episcopal também foram estabelecidos no bairro Praia de Fora, ajudando a convertê-lo em área burguesa por excelência (DALLABRIDA, 2001, p. 58).

Mas não só de reestruturar os espaços urbanos queria essa elite, pois de nada adianta demarcar locais sem que quem os frequente esteja apto para isso. Reformular os modos de ser e estar foi essencial para dar feição a essa nova classe política. José Carlos Beozzo, em seu capítulo intitulado *A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização*, presente no livro *História Geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)*, relata que para isso a Igreja Católica retorna ao meio político oligárquico em sua versão romanizada e disciplinadora.

Com a separação da Igreja e do Estado na Constituição de 1891, a primeira se viu obrigada a reorganizar suas bases clericais e passa por um paulatino processo de centralização e de maior contato com a Santa Sé, algo que era barrado na estrutura imperial de controle direto pelo poder moderador de Dom Pedro II (BEOZZO, 1984, p. 338 – 339).

O termo romanização se traduziu em várias medidas: europeização dos padres católicos, centralização das liturgias e sacramentos, maior mando sobre a administração das igrejas, controle das festas religiosas e uma hierarquização mais rígida do clero (DALLABRIDA, 2001, p. 64 - 65).

Esse movimento buscava regular os discursos e práticas católicas. É bom lembrar que essa transformação não foi tranquila, pois os movimentos de Canudos, na Bahia, e do Contestado, no planalto catarinense, foram o ápice de uma rebelião popular contra essas práticas excludentes; seus desfechos foram o assassinato e extermínio desses redutos.

A situação em Florianópolis na virada do século XIX para o XX é de investimento direto no combate as práticas do antigo clero luso-brasileiro, criando em 1892 a Diocese de

Curitiba, chefiado por Dom. José de Camargo e nomeando o padre franciscano alemão Xavier Topp como vigário da Igreja Matriz da capital catarinense (DALLABRIDA, 2001, p. 67).

Este último chefiou todo o processo de reestruturação da administração paroquial, satelizando as outras igrejas em torno da igreja matriz e suprimindo a autoridade das irmandades leigas na promoção de devoções, procissões e festas populares². Faltava apenas trazer as ordens e congregações católicas para elevar algo essencial na legitimação das oligarquias catarinenses: a educação.

Elas chegaram em 1898 com a fundação do Colégio Coração de Jesus, pelas Irmãs da Divina Providência, e em 1906 com o *Colégio Catarinense*, pela Companhia de Jesus (DALLABRIDA, 2001, p. 69). A entrada dessas ordens no cenário educacional brasileiro representou a investida católica sobre as escolas públicas leigas preconizadas no começo da Primeira República, estas que sempre rechaçaram a presença religiosa nas questões ligadas ao Estado.

A virada dessa situação ocorre na convergência dos dois movimentos apresentados até agora: a busca pela “regeneração” social das elites políticas-econômicas e de uma classe média emergente se encontra com a romanização da Igreja Católica. Em Santa Catarina essa aproximação ocorreu sobre as hostes do PRC e suas duas alas: os “hercistas” do Vale do Itajaí e os “lauristas” do Planalto Serrano (DALLABRIDA, 2001, p. 53). Ambas as facções procuraram estreitar os laços com a Diocese de Curitiba, então órgão que cuidava do clero catarinense, na visita do bispo Dom. Duarte Leopoldo em 1905, onde é firmado o acordo na criação do Colégio Catarinense.

O fato mais importante desta visita pastoral foi o acordo entre a elite política estadual, o bispo de Curitiba e o superior da Companhia de Jesus, com o objetivo de estabelecer um colégio de ensino secundário em Florianópolis, dirigido pelos padres jesuítas e subsidiado pelo Governo do Estado, o Ginásio Santa Catarina (DALLABRIDA, 2001, p. 72).

Essa aliança se fortalece com a criação da Diocese de Florianópolis em 1908 e na Guerra do Contestado. A participação do clero romanizado foi preponderante no combate ao reduto que pregava um tipo de catolicismo mais popular e menos elitista. O bispo da Diocese de Florianópolis, Dom. Joaquim Domingues de Oliveira, entrega nessa ocasião manifestações de apoio irrestrito ao poder público estadual e federal (DALLABRIDA, 2001, p. 73).

² Eram instituições leigas que vinham desde a época da colônia e possuíam autonomia na formação de suas administrações: “promoviam as devoções aos santos, procissões e festas populares, que tinham importância centralidade nas práticas do catolicismo luso-brasileiro, em detrimento dos atos litúrgicos, sacramentais e clericais” (DALLABRIDA, 2001, p. 63).

O efeito dos episódios foi o fortalecimento da autonomia do clero catarinense, situação que vinha junto do próprio fortalecimento das elites políticas do estado na chamada “Questão do Contestado”, pois, esta última apresentou um conflito por delimitação territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina (DALLABRIDA, 2001, p. 73).

2.1.2 A entrada do colégio no Estado Novo: cimentando as alianças

A busca por fortalecimento mútuo pode ser observada em uma homenagem que ocorre durante as comemorações dos 400 anos do Colégio Catarinense.

O reverendo padre Bertoldo Braun, como diretor do Ginásio, convidou Sua Excelência Reverendíssima o sr. Dom Joaquim Domingues de Oliveira, a descerrar o retrato do padre José de Anchieta, o que foi feito entre calorosa salva de palmas. Seguidamente, idêntico convite fez ao Interventor sr. Dr. Nerêu Ramos, para que descerrasse o retrato do coronel Vidal Ramos, seu ilustre progenitor o que também foi feito entre vibrante aplausos (Relatório Geral, 1940, p. 17).

Essa homenagem ocorre no quadro de comemorações dos 400 anos de criação da Companhia de Jesus. O Relatório Geral de 1940 é importante pois traz informações sobre diferentes tópicos: a relação do Colégio Catarinense com a memória dos jesuítas no Brasil, o discurso católico sobre temas sensíveis à época, a campanha de nacionalização que ocorre em Santa Catarina e sobre a “íntima” presença das elites políticas na vida colégio³. O caráter elitista que esteve na base da fundação da instituição ganha durante os anos 30 o elemento patriótico, já que a conjuntura política nacional pressionou e, posteriormente, obrigou as lideranças políticas dos estados a buscarem esse elemento.

Clayton Hackenhaar, em seu artigo *A campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1937-1945): integração cultural e disputas políticas*, apresenta que em Santa Catarina esse movimento deteve algumas importantes particularidades. A ala “laurista” ganha força na Revolução de 30 por apoiar o movimento em detrimento da ala “hercilista” do PRC, que controlou a política catarinense na década anterior (HACKENHAR, 2015, p. 157). Nesse jogo, Nereu Ramos buscou construir a hegemonia de seu grupo, sendo eleito governador indiretamente em 1935 e nomeado interventor federal em 1937, ficando no cargo até 1945 e tendo importante papel na transição para o regime democrático.

³ Neste mesmo relatório cabe ressaltar que na seção *Programa* das nove homenagens agendadas ao longo de três dias, quatro delas a presença de Nereu Ramos e de Dom. Joaquim Domingues de Oliveira foram centrais.

Fortalecer sua posição no colégio era “controlar” algo compartilhado entre as elites políticas catarinenses. Isso ocorreu nas homenagens feitas pela instituição tanto em situações internas ou externas, pois nesse período foi necessário garantir sua posição de destaque no setor educacional catarinense devido ao regime autoritário promovido pelo Estado Novo. Apoiar-se em Nereu Ramos foi entendido como uma estratégia viável e, talvez, a única disponível. Nos Relatórios Gerais de 1937 e 1942 é destacado a “benemérita” ajuda do interventor federal quando o colégio consegue a licença do Curso Pré-Jurídico, em 1937, e do status para trocar de *Ginásio Catarinense* para *Colégio Catarinense*, em 1942.

Montado para ser uma espécie de Curso Complementar, o que hoje seria o Ensino Médio, o Curso Pré-Jurídico foi de extrema importância para o colégio pois possibilitou a permanência dos alunos que ali faziam o Curso Fundamental e iriam ingressar na Faculdade de Direito de Florianópolis sem precisarem se deslocar para instituições de outros estados⁴. O processo para conseguir a licença não parecia ser algo muito fácil, já que era necessário pedir uma inspeção prévia do estabelecimento e comprovar que suas instalações estavam aptas a receber a licitação.

Rogério Luiz de Souza, em seu livro *Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense*, relata que para isso o colégio organiza um contrato com a Sociedade Padre Antônio Viera para a manutenção do curso pré-jurídico, fato aprovado por Nereu Ramos, homologado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 8 de maio e ratificado na Assembleia Legislativa do Estado em 28 de outubro; o contrato visava a manutenção financeira do curso.

Para comprovar sua aptidão foi nomeado o Dr. Arão Rebelo para verificar o estabelecimento, produzindo um relatório de fichamento do curso fundamental usado como base para o curso complementar. Nesse interim, o Padre Diretor viaja até o Rio de Janeiro para tratar da licença com o Diretório Nacional de Educação, órgão que analisava esse processo. Em 15 de setembro chega um telegrama do Ministro da Educação confirmando o parecer referente a licença (Relatório Geral, 1937, p. 7 – 9).

Como tudo o que ocorre nas tessituras políticas, é difícil saber qual o papel exato que o interventor federal teve na obtenção da licença. Já sabemos que o Colégio Catarinense foi fundado e mantido por uma necessidade das elites político-econômicas da Primeira República

⁴ O Curso Complementar era destinado aos dois últimos anos do Ensino Secundário, sendo aumentado para três anos na Reforma do Ensino Secundário de 1942 (SCHWARTZMAN, 1984).

e que na década de 30 a ala “vidalista”, encabeçada por Nereu Ramos, consegue controlar a política catarinense, sobretudo na ditadura do Estado Novo.

Indícios da interferência do grupo são apresentados, como o aval positivo do interventor no contrato com a sociedade literária que cuidaria da manutenção financeira do curso e a foto de Vidal e Nereu Ramos, pai e filho, lado a lado seguido de agradecimentos aos feitos que ambos vinham fazendo ao colégio (Relatório Geral, 1937, p. 2).

Nos agradecimentos apenas dois grupos são citados: família Ramos e a Assembleia Legislativa. Sobre o segundo: “Aos distintos membros da Assembleia Legislativa do E. de S. Catharina, muitos dos quais pessoalmente tiveram ensejo de conhecer o Gymnasio ou foram seus alunos nossos agradecimentos!” (Relatório Geral, 1937, p. 8).

Este grupo era intimamente dependente do primeiro, pois a ação do Interventor Federal sobrepujava a atuação do legislativo. A atuação de Nereu Ramos e de seu grupo foi central na política catarinense, tendo suas homenagens ganhado destaque nos relatórios porque sua posição permitia isso.

Lavramos aqui em especial um protesto da nossa filial e mais sincera gratidão para com o Exmo Sr. Governador (agora Interventor) do Estado, Sr. Dr. Nereu Ramos – para com o senador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos. O Sr. Senador, como fundador deste Educandario, com a sua larga visão do futuro contribuiu eminentemente para o progresso e a formação intelectual-moral do nosso Estado (Relatório Geral, 1937, p. 8).

Assim como outra citação na página seguinte.

O Sr. Dr. Nereu Ramos coroou a obra fundada pelo seu distinto progenitor com a fundação e o franco apoio do Curso Pré-Jurídico, garantindo assim para os filhos deste Estado a formação integral no sector jurídico (Relatório Geral, 1937, p. 9)

O outro momento onde percebemos esse personalismo é na festa dedicada a mudança de portaria do, agora, Colégio Catarinense. Em 1942 é outorgado o Decreto-lei Nº 4.244, referente à reforma do ensino secundário. A reforma definia normas para que cada estabelecimento de ensino estivesse apto a oferecer essa modalidade. Diferentemente do primeiro exemplo, este não construiu nada, apenas deu continuidade a abertura do Curso Complementar feita em 1937.

Nas solenidades, quem cortou a fita simbólica da nova portaria foi Nereu Ramos. Quem teve os seus retratos postos na parede da sala de honra são Vidal Ramos e sua esposa Teresa Ramos. Os frutos foram colhidos pelo colégio e pelo interventor, dito explicitamente na solenidade.

E o coração boníssimo de Vidal e a alma santa de Dona Teresa começaram, esse quase patrimônio da Família Ramos, protegeu-o o dr. Nerêu Ramos, defendeu-o o Dr. Nerêu Ramos e ampliou-o o dr. Nerêu Ramos, com a fundação do Curso Pré-jurídico, a base para o futuro Colégio científico-clássico (Relatório Geral, 1942, p. 8).

2.1.3 Reformas e Decretos-lei: a normalização educacional do autoritarismo ufanista

Simon Schwartzman, em *Tempos de Capanema*, explica que diante da dificuldade em controlar os estabelecimentos que em sua esmagadora maioria eram particulares, o governo promove duas medidas que inibiriam os dissidentes: definir os currículos de maneira restritiva, focando as cargas horárias em disciplinas de aspecto “nacional”, e investir em um sistema de inspeção e fiscalização (SCHWARTZMAN, 1984, p. 207). Esses eventuais empecilhos não foram um problema para o colégio, pois os resultados da implementação do Curso Pré-Jurídico eram vistos agora.

O sistema de inspeção já estava em vigor desde 1937 no curso complementar: Rafael Cruz Lima foi o encarregado na tarefa e em 23 de setembro ele é recebido na Divisão de Ensino Secundário para declarar sobre o desenrolar interno do curso complementar. O resultado é que em 28 de novembro, Carlos Drummond de Andrade, então chefe de Gabinete do Ministro da Educação e Saúde, manda um telegrama pedindo qual o nome seria dado ao antigo ginásio (Relatório Geral, 1942, p. 2). O inspetor federal foi o aval que o governo precisava para liberar essas concessões.

A inspetoria federal foi um braço do Estado que tratava de temas variados: “Notadamente assistiam às aulas, avaliando seus conteúdos, métodos de exposição, formas de arguição, a aplicação das provas e dos exames, a substituição de professores, a frequência dos alunos e uso adequado da língua nacional (DE SOUZA, 2005, p. 135).

Essa incumbência se acentua durante o Estado Novo, pois se antes cabia fiscalizar apenas a aplicação das normas legais, agora o olhar também recai sobre o ufanismo nacionalizante na vida interna e externa do estabelecimento. Não foram raras as vezes que os inspetores do fundamental e do complementar proferiram discursos sobre os valores da nação em eventos promovidos pelo colégio.

O outro ponto importante foi o controle curricular. Como já foi dito, a ditadura estadonovista estabelece uma noção de nacionalismo altamente ufanista, centrado em um Estado autoritário e cada vez mais personalista. Esse caldo é constantemente adicionado em algumas partes da esfera social: festas e eventos cívicos, propagandas em rádios e filmes e no

ambiente escolar. Dentro desse ambiente, a formação do aluno obediente e patriota passou necessariamente pelo currículo empregado pela escola.

O Decreto-lei N° 4.244 dividia o antigo Curso Complementar em dois: o Clássico e o Científico. A primeira modalidade diminuía de cinco anos para quatro e a segunda aumentava de dois para três anos⁵, sendo o conteúdo ministrado nas disciplinas adotado uma imagem altamente humanística (SCHWARTZMAN, 1984, p. 207).

Por exemplo, as antigas disciplinas *Geografia e História da Civilização* são repartidas em *História Geral e do Brasil e Geografia Geral e do Brasil*, sendo retirados de o curso complementar as disciplinas *Noções de Economia, Psicologia e Lógica, Sociologia e História da Filosofia*. Também é inserido *Grego* na grade curricular e *Latim* recebe mais dois anos de participação (DE SOUZA, 2005, p. 138 - 141).

A preparação para o ensino superior recebeu uma formação humanística diferente da proposta na Reforma do Ensino Secundário de 1931, exigindo agora um caráter patriótico para o que se concebia como a nova elite governante em formação.

O equilíbrio que Francisco Campos tratara de estabelecer entre as humanidades e as ciências deveria ser substituído pela predominância da formação humanista clássica: o latim e o grego. Cuidava-se em substituir o aprendizado de física, química e ciências biológicas pelo estudo dos discursos e relatos heroicos de cidadãos e soldados na construção de impérios, mesmo póstumos. Este seria o tipo de formação adequada aos futuros “condutores das massas” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 208).

Essa “aura” nacionalizante no sistema educacional teve seus caminhos traçados por forças políticas de nível nacional e local. Um ano após a criação do Estado Novo, em 1938 começa de fato uma campanha de nacionalização das regiões que receberam imigração europeia e japonesa, tendo seu pontapé inicial no Decreto-lei N° 2265: era criada a Comissão de Nacionalização, com o intuito de regular a “entrada, fixação, naturalização e a expulsão dos estrangeiros” (HACKENHAAR, 2015, p. 153).

São seguidos mais três decretos que visavam controlar a participação de estrangeiros na vida política, econômica e social do país. O último e mais importante foi o Decreto-lei N° 868: é instaurada a Comissão Nacional de Ensino Primário para definir as medidas a serem tomadas nas escolas de formação cultural estrangeira (2015, p. 154).

5 O que favorecia o entendimento de que essa mudança elitizava ainda mais o ensino secundário, porque além de diminuir a carga de uma modalidade inicial para outra mais específica, o curso complementar era a única maneira de ingressar no ensino superior, promovendo “exames de licença” ao final de cada ciclo, o que obrigava os estudantes a seguirem nesta trajetória de ensino.

Estes decretos datam de janeiro e se estendem até novembro de 1938. Neste encaixo, ocorre em 31 de maio uma homenagem ao General Meira de Vasconcelos⁶, que comandava a 5º Região Militar e cuidava da Campanha de Nacionalização dos estados do sul do país. Segue a fio a passagem.

A recepção foi das mais significativas. Usando da palavra, o primeiro prefeito geral reverendo Bertoldo Braun, saudou na pessoa do capitão Emanuel Morais o glorioso Exército Brasileiro, tendo este respondido num substancial discurso, pondo em relevo a obra de brasilidade que se patenteia, visando a defesa da integridade nacional. Seguiu-se no uso da palavra, o sr. Dr. Ivens de Araujo, Secretário da Segurança Pública, que realçou, igualmente, a campanha de brasilidade, que tem, em Santa Catarina, com figura primacial, o ilustre general Meira de Vasconcelos (Relatório Geral, 1938, p. 74).

A presença das autoridades militares é observada também nas comemorações presentes no Relatório Geral de 1940, na figura do Tenente Coronel Juvêncio C. de Araujo, comandante do 14º Batalhão de Caçadores de Florianópolis (Relatório Geral, 1940, p. 9).

O Exército exercia importante pressão nos estados do sul do país, especialmente na região de imigração alemã em Santa Catarina. A formação de uma identidade nacional coletiva foi uma noção que ganhou grandes proporções nos embates políticos da década de 30, sendo tomada pelo Estado Novo como uma das máximas do seu regime ditatorial. As regiões de colonização alemã do Vale do Itajaí ganharam destaque nos processos nacionalizadores por serem locais onde ocorria a manutenção dos valores “germânicos”.

O termo *Deutschtum* expressou melhor esse sentimento: era uma identidade étnica teuto-brasileira presente entre as comunidades alemãs, que aceitavam a existência de uma nacionalidade compartilhada pelo direito de sangue junto da cidadania vinculada ao Estado de nascimento (SCHWARTZMAN, 1984, p. 171). As instituições locais promoviam a continuidade dessa identidade: imprensa teuto-brasileira, as escolas alemãs, as igrejas luteranas (SCHWARTZMAN, 1984).

Destaque no cenário político, o Exército teve papel central no combate aos movimentos sociais que insurgiam no pós-Revolução de 30, sendo um dos pilares de sustentação do primeiro governo de Getúlio Vargas. O dedo dos oficiais ia desde a manutenção do diálogo com os atores internacionais durante a Segunda Guerra Mundial até a formatação e a atuação da política nacionalizadora nas regiões de imigração estrangeira. Portanto, cabe esmiuçar um pouco mais a roupagem que essa instituição toma a partir dos anos 30.

⁶ Cabe ressaltar que o General não esteve presente na homenagem, sendo representado pelo Capitão Emanuel de Morais. Contudo, o valor simbólico do ato não é perdido.

2.2 O Exército

2.2.1 Dos políticos aos militares: a força do Exército na vida nacional

Sérgio Murillo Pinto, no capítulo *A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo*, presente no livro *Repensando o Estado Novo*, explica como o oficialato volta a ser protagonista da política nacional a partir das Revoltas Tenentistas: ressurgem no cenário em 1922, são essenciais na Revolução de 1930 e acabam se pulverizando para os aspectos políticos liberais, progressistas e conservadores entre 1930 até 1935.

Esse movimento ocorreu pela falta de coesão interna dos militares como um corpo político, noção constatada pelo Chefe do Estado Maior durante a Era Vargas, o General Góis Monteiro. Ele foi o líder e considerado principal mentor do pensamento político-militar que transformou o Exército em um corpo político homogêneo ideologicamente, chamado de *Doutrina Góis* (PINTO, 1999, p. 292 - 294).

Batizada com o nome do principal líder do Exército desde 1930, essa doutrina construiu o pensamento político da instituição a partir de um processo de expurgo iniciado na Revolução Paulista de 1932 e chegando em seu ápice na Intentona Comunista de 1935, onde é decretado a Lei de Segurança Nacional.

Sérgio Murillo Pinto descreve que a linha para se entender as ações do Exército é pensar ele com um aliado de Getúlio Vargas e não como um subordinado, pois a base nacionalista e repressiva do Estado Novo foi forjada a partir do pensamento político desenvolvido nas Forças Armadas (PINTO, 1999, p. 295 - 296). Para exemplificar, o autor traz um trecho dos escritos produzidos pelo próprio Góis Monteiro intitulado *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*.

Para pôr em prática o nacionalismo, o Estado precisa ter poder para regular toda a vida coletiva e disciplinar a nação; no nosso caso, é preciso aumentar progressivamente esse poder, sendo admissível, como transição, o partido único, nacional. Só com a organização da produção e a formação de uma mentalidade confiante, forte, em harmonia com nossa continuidade histórica, será possível superar a crise atual. Só esse espírito nacional, que tem mantido nossa unidade de raça, língua, religião e sobretudo política, poderá dirigir a evolução da nacionalidade (PINTO, 1999, p. 297).

A independência das Forças Armadas em relação ao Estado Novo se acentuará a partir da entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, estabelecendo vínculos de cooperação duradouros. Dado isto, a presença de autoridades militares no Colégio Catarinense

não era somente consequência da presença do Interventor Federal ou da Campanha de Nacionalização, pois “compulsando os relatórios passados, não raras vezes a metade das turmas ingressaram nas fileiras do glorioso exército nacional (...)” (Relatório Geral, 1942, p. 9).

A relação Colégio Catarinense e Exército era mais antiga que a presença do Estado Novo, pois o oficialato sempre foi visto como uma possível profissão que conseguiria manter o nível social dos alunos que frequentavam a instituição.

Alguns nomes ganham importância nas páginas dos relatórios: é o caso do General Expedicionário Olímpio Falconiere da Cunha, que aparece nos relatórios de 1942 como Coronel, de 1943 como General e de 1944 como General Expedicionário na campanha brasileira na Itália. Outro nome é do Padre Tiago Emílio, ex-professor do colégio e capelão da F. E. B, tendo como “madrinha” a Sra. Santinha Dutra, esposa do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o primeiro presidente eleito na redemocratização de 1945 (Relatório Geral, 1944, p. 10 – 11).

Algumas atitudes demonstraram a proximidade desses dois núcleos, como a visita à Base Aérea fixada na ilha: “A capelania da Base de Aviação veio estreitar os laços entre os valorosos aviadores e os colegiais, motivo, talvez, porque tantos ginásianos abraçaram esta carreira, perigosa, mas nobilitante e sumamente patriótica.” (Relatório Geral, 1945, p. 40)

2.2.2 A caça ao “germanismo” em Santa Catarina

Esse estreito laço entre Exército e Colégio Catarinense passou também pela proximidade que o primeiro tinha com o Interventor Federal na época da Campanha de Nacionalização. As ações simbólicas do colégio tinham sempre as figuras validadoras de Nereu Ramos e das autoridades políticas e militares, gerando um sentimento de constante “resposta” ao patriotismo requerido pelo Estado Novo.

Esse processo foi ampliado pela relação do interventor junto do Exército e das polícias locais, pois outro importante fator do foco das ações repressivas terem tido maior intensidade nas regiões de colonização europeia foram sua histórica presença na política catarinense. Hackenhaar disserta que não se pode pensar que a investida mais dura foi motivada única e exclusivamente pela noção de isolamento cultural, já que a as regiões de colonização alemã tinham acentuada participação na vida econômica do estado, o que impossibilitava um isolamento completo (HACKENHAAR, 2015, p. 157).

Devemos pensar sobre os interesses políticos locais por traz dessas repressões, pois o já relatado avanço da família Ramos nos políticos do PRC ligados às áreas industriais do Vale do Itajaí e do norte do estado teve foco principal nas instituições que possibilitavam a manutenção do germanismo. Dentre essas, a escola ganhou seu destaque.

No bojo dessa discussão historiográfica, foi no ensino primário que foram exercidas os principais controles e censuras. Um deles foi o Decreto-lei Nº 88, promovido pelo próprio Nereu Ramos em 31 de março de 1938, que estabeleceu as normas relativas ao funcionamento da modalidade: “pode-se destacar a obrigatoriedade de aulas ministradas no idioma nacional, de professores e diretores brasileiros natos, além da proibição de subsídios de governos e instituições estrangeiras (HACKENHAAR, 2015, p. 160).

No ensino secundário não ocorreu essa ingerência de maneira tão acentuada: devido ao seu reduzido número de estabelecimento se comparado ao primário⁷, o processo de controle começa a ser promovido em 1931 com a primeira reforma do ensino secundário e sacramentado na segunda reforma de 1942. São destinados já no começo da década de 30 inspetores federais para acompanhar a vida interna dos estabelecimentos⁸.

O Colégio Catarinense foi fundado por padres jesuítas alemães e mantinha laços culturais com a Alemanha⁹. Hackenhaar (2015) fala, como dito no começo do capítulo, sobre como a inserção do mesmo ocorre em um momento da busca de legitimação de uma nova elite política e socioeconômica: criado para suprir uma formação à moda europeia, o colégio é prestigiado tanto pelos grupos “vidalistas” quanto dos “hercistas” do PRC¹⁰, que viam na Igreja Católica romanizada e suas ordens como as únicas instituições capazes de promover uma formação que os diferenciasses dos demais.

Nereu Ramos no Estado Novo promoveu a centralização da posição de seu grupo dentro do colégio usando da Campanha de Nacionalização e da sua violência institucionalizada. Essa violência é reverberada com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

⁷ Em um levantamento feito pela Divisão de Ensino Secundário em 1939, constatou-se que existiam no país somente 629 estabelecimentos que ofereciam essa modalidade, sendo 530 de caráter particular. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 206)

⁸ Antenor Moraes é o primeiro inspetor federal do Colégio Catarinense, ficando até o fim da ditadura de Vargas. Ele aparece pela primeira vez no relatório de 1934.

⁹ Mas não podemos comparar essa relação com os laços estabelecidos pela *Deutschtum*. A ligação com a Alemanha se mantinha pela troca cultural proporcionada pela própria formação eclesiásticas dos padres.

¹⁰ É bom ressaltar que os “hercistas” eram ligados as áreas de colonização germânica, tendo como representante Adolfo Konder, último governador do estado antes da Revolução de 30.

2.2.3 A “americanização” da Segunda Guerra Mundial dentro e fora dos muros do colégio

Analisado nos relatórios, essa entrada deu grande poder de afirmação para alguns discursos já existentes, proporcionando em alguma medida uma certa elasticidade em rerepresentar alguns conceitos.

Marlene de Fáveri, em seu artigo *Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*, explica que até chegar o dia 31 de agosto de 1942, a data da declaração de guerra ao Eixo, o Brasil se mantinha em uma política de “equidistância pragmática”: conseguiu se manter neutro no cenário internacional e ao mesmo tempo retirar vantagens e tecer acordos comerciais e diplomáticos tanto com os EUA quanto com a Alemanha (DE FÁVERI, 2009, p. 94).

Os laços econômicos com a Alemanha se acentuaram durante toda a década de 30, da mesma forma que a própria natureza ditatorial das principais cabeças criadoras do Estado Novo permitiram “trocas de experiências” cada vez maiores.

Para suplantar esse crescimento e consolidar sua influência no Brasil, os EUA fornece expressivas vantagens comerciais em troca da adesão à guerra: “A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi, segundo Seitenfus, motivada mais por questões comerciais e econômicas, do que por questões ideológicas e políticas” (DE FÁVERI, 2009, p. 95).

A necessidade de se recuperar da crise de 29 fez o país buscar novos mercados externos e matérias primas mais baratas, levando a uma transição da política externa estadunidense na América Latina: a política do *Big Stick*, caracterizada pela ação intervencionista nos países latino americanos, foi trocada pela *Política da Boa Vizinhaça*.

Camila Goetzinger, em seu artigo *O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940*, explica que essa nova abordagem focou em outros meios de consolidar sua influência: com conversas diplomáticas mais igualitárias, propondo acordos comerciais e militares, exportação de filmes, livros e propagandas e concessão de crédito fácil (GOETZINGER, 2014, p. 62 - 63).

Com seguidos afundamentos de navios brasileiros por submarinos alemães, é assinado o Decreto Federal N. 10.358 que alinha o país aos Aliados durante a guerra (DE FÁVERI, 2009, p. 95). O ano de 1942 torna-se o ápice da repressão a qualquer pessoa ou instituição

relacionada aos países do Eixo, sendo o momento de realinhar os discursos a essa nova realidade¹¹.

Uma das maneiras de realinhar esse discurso veio do incentivo norte-americano em estabelecer o “modo de vida americano” no Brasil a partir da criação do Instituto Brasil-Estados Unidos, em 1937, e do Office of the Coordinator of Inter-America Affairs, em 1941. Essas instituições tinham como finalidade a distribuição de material propagandístico estadunidense, tendo suas filiações criadas em Florianópolis em 1941 e 1943, respectivamente (GOETZINGER, 2014, p. 68).

A presença tanto das instituições quanto dos materiais aparece já no Relatório Geral de 1942, com agradecimentos feitos pelo colégio as doações das revistas *Em Guarda*, promulgadora dos interesses “pan-americanos”. No relatório de 1943 há outra citação, agora agradecendo diretamente o Instituto Brasil-Estados Unidos, movimento que se repetiria nos anos de 1944 e 1945 (Relatório Geral, 1945, p. 21 - 60).

Esse fomento propagandístico ganhou força em Santa Catarina devido ao germanismo e suas relações com a Alemanha, incentiva, claro, pela política de nacionalização promovida pelo Estado Novo. Sua atuação de incentivo à cultura americana, as relações diplomáticas e o “gás” dado na luta contra o comunismo e ao germanismo foram frutos da aproximação desde 1937 entre Brasil e EUA, firmando em 1942 acordos diretos no campo econômico, militar e cultural.

Tanto o OCIAA quanto o Instituto Brasil-Estados Unidos foram instituições ativas em Florianópolis na primeira metade da década de 1940. Estabeleceram relações com a imprensa local, com rádios, distribuía cartazes propagandísticos pela cidade, financiaram exhibições de filmes em Florianópolis e no interior do Estado, observavam as publicações da imprensa, organizavam cursos de inglês, etc. (GOETZINGER, 2014, p. 72)

Outro ponto na aproximação das relações Brasil e EUA está na aproximação do Exército com as forças norte-americanas. No relatório de 1945 é descrito o recebimento de uma carta de Dilermando Guedes Cabral, ex-aluno do colégio e membro da Força Aérea Brasileira (FAB) que fazia “estágio” na base aero-naval de Corpus Christi, no estado americano do Texas.

Motivo de grande orgulho para o colégio, são redigidas quatro páginas que relatam o cotidiano do curso descrito na carta, ressaltando no final a grande importância desse

¹¹ A Lei Orgânica do Ensino Secundário é outorgada neste mesmo ano, abrindo a possibilidade de pensa-la como uma reação a centralização que a entrada da guerra forneceu ao Brasil. Porém, é lei é publicada em 9 de abril, sendo que a declaração de guerra ocorre somente 31 de agosto. A ligação existe, mas não como consequência

intercâmbio: “A eles, pois, meus sinceros votos de felicidade para que prossigam no seu nobre e patriótico intento, afim de servirem em breve à gloriosa F. A. B., palmilhando os céus deste imenso Brasil, em prol da nossa defesa nacional.” (Relatório Geral, 1945, p. 34).

Rodrigo Nabuco de Araujo, em seu artigo *A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência?*, explica que esse movimento de intercâmbio é firmado em 1942 na III Reunião de Chanceleres Americanos. Ali, foi assinado a criação da Comissão Militar Mista Brasil – Estados Unidos, que previa o envio de militares brasileiros ao conflito europeu, de oficiais brasileiros às escolas de guerra norte-americanas, troca de equipamentos e capital para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, possibilitando um começo da autossuficiência nacional na produção industrial, sobretudo armamentista (DE ARAUJO, 2008, p. 253).

Contudo, na prática essa cooperação torna-se dependência quando as potências europeias perdem drasticamente seu poder de influência e barganha e o Brasil vira refém dos interesses norte-americanos ao longo das próximas décadas. Outro ponto é a troca no destino dos investimentos, pois a Europa precisava de incentivo na sua reconstrução e os EUA tiveram que “desviar o caminho do dinheiro”.

O Brasil que antes do fim da guerra era altamente considerado em acordos e empréstimos, passa a perder destaque, permitindo que os norte-americanos vendessem equipamentos, manutenção e formação técnica em suas escolas, mas inviabilizassem o incentivo à produção nacional de matérias industriais (DE ARAUJO, 2008, p. 254). O projeto de nação pensado pela Cúpula Militar durante toda a década de 30 foi freado por ingerências externas e internas.

2.2.4 O sentimento patriótico nas páginas dos relatórios

A entrada na guerra gerou um sentimento de comoção patriótica no país. O relatório de 1942 é servido de uma série de homenagens e discursos que demonstravam o patriotismo do estabelecimento. Dentre as falas, destaco algumas para pensarmos o papel do Estado brasileiro nesse período de transição. A fala é do orador da turma dos formandos do quinto ano, o estudante Dante Martorano.

Colegas, demos tudo à nossa Pátria! Nossas aspirações, nossas lutas, nossos sacrifícios e nosso amor. Sustentemos, com ardor, o brilho de nossa tradição e história. Pugnemos por nosso Brasil glorioso, rico, belo, poderoso e forte! Pugnemos para que o Brasil dê ao mundo o exemplo de um povo uno, feliz e culto! Não de uma cultura criada com a tirania de ideologias absurdas e incompatíveis com a nossa índole. Mas

sim uma cultura baseada nos princípios do Deus-Homem, único e verdadeiro senhor do universo. Pugnemos pelo são governo. Pugnemos pela democracia (Relatório Geral, 1942, p. 47).

O aparecimento do termo “democracia” no último parágrafo do texto demonstra uma característica central na apresentação do governo. Maria Helena Capelato, no capítulo *O Estado Novo: o que trouxe de novo?*, presente no livro *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo*, disserta sobre como o Estado Novo não se apresentava como um estado forte e excludente, mas sim um estado forte e agregador, na medida que buscava construir a imagem de um governo que resgatava uma cultura “nacional” presente desde século XVI.

O incentivo à propaganda e à produção cultural foram essenciais nesse movimento de ressignificar antigos símbolos nacionais (CAPELATO, 2007, p. 123). Esse tema será trabalhado mais à frente neste capítulo, mas é bom ressaltar que a própria nomenclatura “pátria” e “nação” foi muito mais empregada nas falas do que “governo” e “Estado”. Essa característica implicava para o aspecto longo e tradicional de sua história e de sua cultura, aliado ao elemento transcendental da religião.

O discurso do estudante Dante Martorano estava dentro da seção *Relatório Particulares*, que foi quase totalmente destinada a falas sobre a coesão nacional decorrente da guerra. A fala do paraninfo e professor dos formandos José Walken expressa bem esse momento.

Cumprir as obrigações só porque se é observado é covarde fingimento; ser fiel só porque isso traz proveito ou louvor é vil egoísmo que nos torna claudicantes, desde que falem aquelas premissas; cumprir o dever por ser dever, por ser lei divina e para o bem da Pátria isso é virilidade, isso é patriotismo. Estes patriotas verdadeiros não serão facilmente demovidos do caminho reto. Eles sabem e compreendem que desleixar ou profanar a família, perder o tempo destinado ao trabalho produtivo e construtor, entregar-se à ociosidade, aos vícios, à luxúria, é esbanjar energias e riquezas que são patrimônio de Deus e da Pátria, patrimônio a nós confiado. Sabem que isso seria tornar-se traidor e indigno da confiança da nação (Relatório Geral, 1942, p. 52 – 53).

Foi necessário demonstrar total adesão a causa. Nesse mesmo relatório são descritos alguns atos promovidos pelo colégio com a intenção de demonstrar apoio na guerra. Na seção *A Pirâmide de Metais* é apresentado um trecho de uma notícia publicada pelo jornal *O Estado*: “Sábado próximo, junto à coluna votiva dos heróis do Paraguai, será inaugurada uma “Pirâmide”, para a coleta de metais, iniciativa dos alunos do Ginásio Catarinense.” (Relatório Geral, 1942, p. 10.). Na sequência é descrita a ordem dos acontecimentos.

I – Concentração de todos os estudantes, na Praça Getúlio Vargas, às 13,30 horas, do dia 19 do corrente.

II – Desfile dos estudantes, obedecendo ao seguinte itinerário: Visconde de Ouro Preto, Arcipreste Paiva, Felipe Schmidt, Deodoro, Conselheiro Maíra, Praça 15 (lado da Prefeitura) e Palácio do Govêrno.

III – Solene inauguração da Pirâmide, pelo Exmo. Sr. Nerêu Ramos.

IV – Os estudantes, em coluna por um, depositarão o metal que levarem, na pirâmide, escoando depois pelo lado do Correio.

N. B. – a) Cada estudante deverá levar um pedaço de metal.

b) Em frente do Palácio do Governo catar-se-á o Hino Nacional e durante o desfile cantar-se-ão canções patrióticas.

c) Depois da inauguração a pirâmide estará à disposição do público, para receber mais dádivas. (Relatório Geral, 1942, p. 10)

Maurício Barreto Alvarez Parada, em seu artigo *Cultura cívica e memória no estado novo brasileiro*, busca entender como momento político e social requisitou demonstrações de apoio das instituições. Entre os anos de 1930, data da revolução, até 1937, começo do regime estadonovista, o país viveu um turbilhão de motins e revoltas de pequena, média e, de certa forma, grande escala.

Concretizado o golpe de estado em 37, foi entendida como necessária uma política de “pacificação” social nas várias esferas da sociedade (2009, p. 404): nacionalização de áreas de colonização estrangeira; controle de mídias como rádio, jornais e cinema; reformas, fiscalização e centralização do sistema educacional; dirigismo econômico e controle sindical. Essa política buscou “civilidade” no que se considerava um “caos”, buscou controlar os espaços públicos onde se expressavam manifestações de grupos diversos. Promoveu atos pró-governo e construiu uma cultura cívica, como um novo calendário e novas datas festivas (PARADA, 2009, p. 405).

Essa promoção foi acompanhada de uma forte censura de grupos opositores e aos “quinta-coluna”, supostos espiões em favor dos inimigos. Esse termo foi muito usado nas regiões da Campanha de Nacionalização desde 1938, mas quando eclode a entrada brasileira na guerra contra o Eixo as manifestações públicas de repúdio a essa população ganham uma muito mais força.

Com a entrada do Brasil na guerra, esta suspeição tomou forma mais explícita na imprensa, a qual veiculou artigos apresentando estrangeiros e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, reverberando num clima de violência e denúncias. Em Florianópolis, Joinville, Blumenau e em outras cidades catarinenses houve atos públicos nos quais grupos de nacionalistas enfurecidos apedrejaram casas, picharam muros e paredes, quebraram placas de ruas e lojas e obrigaram alemães, italianos e descendentes a darem vivas ao Brasil e aos Interventores Nereu Ramos e Getúlio Vargas, atos que continuaram esporadicamente nos meses seguintes. Houve passeatas, atos cívicos, cujas faixas diziam “Morrão os ingratos! Descendentes! Contra teu pai, contra teu irmão, mas pelo Brasil!”, conclamando a eliminação dos “canalhas e patifes”, divulgados na imprensa (FÁVERI, 2007, p. 98).

Era de se esperar que o Colégio Catarinense apresentaria uma política mais explícita de apoio as ideias estadonovistas durante esse período de “caça” a tudo que representasse um laço com os países do Eixo, sobretudo a Alemanha. Foi necessário apresentar sua posição constantemente e de maneira cada vez mais incisiva no decorrer do regime, fazendo louvor à nação, ao Getúlio e ao Nereu Ramos.

Essa hipótese é corroborada ainda no Relatório Geral de 1942, com a doação espontânea de metade do dinheiro arrecadado na Semana Missionária¹², cerca de Cr\$ 2,500,00, para a “Asa”, evento que promovia a atuação da F.E.B neste período (Relatório Geral, 1942, p. 56). Demonstrações de apoio eram estratégias de sobrevivência em um período de consolidação da própria imagem do governo.

Propagandas, eventos cívicos, controle dos órgãos públicos e discursos acalorados foram estratégias usadas pelo governo para definir sua imagem perante a população. Ao encontro disso, as instituições privadas deveriam fazer esse mesmo processo com seu público alvo. O Colégio Catarinense não fugiu disso, reorganizando seu cotidiano escolar em prol de sua sobrevivência. E é sobre esse tema que vamos dissertar um pouco, se afastando das relações estritamente políticas e abrindo passagem para o campo simbólico.

¹² Sua primeira citação aparece no Relatório Geral de 1937 e sua finalidade era contribuir na catequização dos indígenas durante a política da *Marcha para o Oeste*, criado ainda no governo provisório.

3 SEGUNDO CAPÍTULO - A representatividade do Estado Novo: “etapas” para a reconstrução da nação

3.1 Os caminhos a serem seguidos

3.1.1 Construindo uma “cara”

A representação do Estado Novo, sua imagem, foi uma das características importantes do regime. Estabelecido em 10 de novembro por meio de um golpe, o regime estadonovista buscou tomar para si o papel decisório final, fechando o congresso e banindo os partidos políticos. Nessa fissura foi onde estabeleceu seu modelo político-cultural nacionalista e autoritário. Francisco Campos, formulador da Constituição de 1937, dizia sobre o ocorrido:

O Estado Novo suscitara no país uma “consciência nacional”, unificara uma nação dividida, colocara um ponto final às lutas econômicas e impusera silêncio à quarela dos partidos empenhados em quebrar a unidade do Estado e, por conseguinte, a unidade do povo (CAPELATO, 2007, p. 117).

A busca da unidade suscita a busca do novo: novas formas de viver, de se organizar, de se expressar. No geral, novas formas de ser. O Colégio Catarinense rapidamente adota o discurso unitário e conciliador de classes almejado pelo governo. Vemos isso no Relatório Geral de 1938 onde se comemora o 1º Aniversário do Estado Novo. Expresso pelo Diário Oficial do Estado, o discurso do Padre Prefeito Geral Bertoldo Braun é debruçado por um patriotismo centralizador:

Queremos temperar hoje a nossa alma, dando-lhe a tensão alta de idéas elevadas, dando-lhe a tenacidade inquebrantável de idéas sublimes, nobres, vivificadoras. Ideias acrisolados no cadinho do verdadeiro patriotismo, que não é senão a expressão do amor ao céu que nos acalenta, do amor ao solo que nos alimenta, é o amor aos concidadãos com que convivemos, ao berço em que nascemos, ao lar em que vivemos, ao túmulo em que descansam os nossos antepassados. O patriotismo é o amor às mesmas leis, à mesma língua, às mesmas tradições e a expressão deste amor nos leva ao patriotismo ativo do trabalho e do sacrifício (Relatório Geral de 1938, p. 75).

As linhas que compõem esse tecido são firmemente galgadas no patriotismo e no “justo” autoritarismo. Seu dizer, e dos outros trechos que virão, é expresso de maneira eloquentemente enérgica. Para grau de comparação, o Relatório Geral de 1937, na seção *Theatro e Festas*, possui apenas uma passagem relevante sobre o assunto (Relatório Geral,

1937, p. 88). Em 1938 são dedicadas seis páginas de exaltação moral e cívica. A seção começa realçando este ponto¹³.

Festas cívicas e patrióticas. Si em anos anteriores o Ginásio tomava apenas parte na formatura de 7 de Setembro, celebrando os mais feriados nacionais no próprio recinto do estabelecimento, tivemos neste ano nada menos de 6 formaturas oficiais, a saber: em 21 de Abril, 24 de Maio, 30 de Maio, 31 de Maio, 7 de Setembro e 10 de Novembro. (Relatório Geral de 1938, p. 73)

A busca pela forma foi resolvida pela coerção e pela propaganda política. Capelato (2007) explica que o Estado Novo precisou construir narrativas, slogans e promover ideias que legitimavam suas ações, pois na falta de representatividade política contrária as noções promovidas pelo Estado ganhavam via limpa às massas. Na esteira dos regimes nazi-facistas, Vargas usa da propaganda política como arma de controle social: a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) faz o trabalho de censurar e regular os meios de comunicação do país.

A divulgação de materiais de propaganda em âmbito escolar levou conceitos mitificados (CAPELATO, 2007, p. 123), no caso do Colégio Catarinense, conceitos sacralizados dentro de um ambiente cristão. Ou seja, o projeto de propaganda desenvolvido no Estado Novo buscava representar o Brasil como um Estado unido sobre um líder possuidor de elogiosos adjetivos, desejoso de promover o progresso junto da ordem e expurgar quem lhe quisesse o mal.

Mas, sobretudo, buscava criar uma identidade nacional coletiva: para um governo autoritário ser aceito pela sua população a mesma precisa ver suas virtudes espelhadas neste governo. Foi necessário criar uma identidade para o “povo brasileiro”.

3.1.2 Estabelecendo uma identidade nacional coletiva

A identidade nacional coletiva no Estado Novo teve em seu mote a associação dos conceitos Estado, Pátria, Nação e Povo juntos em uma mesma mensagem, pois essa ênfase era primordial na formatação da nova identidade (CAPELATO, 2007, p. 124). Podemos dividir essa mensagem em duas buscas: a memória única e a unidade territorial.

13 Sobre o tema de calendário oficial e datas cívicas, é interessante pensar isso como um movimento de alteração do tempo cívico, ou seja, a criação de um novo tempo, com uma nova ordem social a partir de uma “novo Estado”. Criar e/ou repensar novas datas comemorativas dá um significado de criação de um muro entre um passado com valores incompatíveis com uma nova ordem que surge. No Estado Novo esse processo foi direcionado no sentido de nacionalizar o tempo cívico, afastando as simbologias, as virtudes e o corpo de ideias da República Velha e estabelecer novos atributos, oficializando-os a partir de um novo calendário oficial (PARADA, 2009).

A primeira refere-se ao processo de compartimentação de memórias em uma unidade; no caso, o estabelecimento de uma memória estatal oficial. Usando o Colégio Catarinense como base apenas duas delas aparecem: a da Igreja e a do Exército. Ambas eram as duas instituições que formavam a base de sustentação do governo, aliançadas com Vargas desde 1934. Instituições tradicionais e nesta época altamente reacionárias, foram usando dos seus valores na criação do “caldo” memorialístico apresentado nos oito anos de governo.

3.1.3 Memória única

O ano de 1940 é o quadringentésimo da Companhia de Jesus e o governo promove o Decreto. 6355.

Considerando que tamanha obra, realizada com amor, dedicação e sacrifício, é reconhecida pelos historiadores brasileiros como base, das mais importantes, da civilização nacional, decreta: Artigo único – Consideram-se nacionais as homenagens, que ora se prestam, em todo o país, à Companhia de Jesús, por motivo do 4º Centenário de sua fundação, e a elas se associa o governo federal (Relatório Geral, 1940, p. 3)

Aparecendo como destaques na maior parte das solenidades, Nereu Ramos e o Arcebispo Dom. Joaquim Domingues representaram naquele momento o poder regulador das memórias. Explicando melhor, o quadringentésimo aniversário da instituição, sua dada mais importante, foi comemorada dividindo os louvores com o Estado Novo, compartilhando, portanto, sua memória.

A partir da nona página as comemorações se dividem em lembranças ao trabalho do fundador da ordem, Inacio de Loyola, sua obra e os valores que os jesuítas seguem desde sua criação, e o papel dos jesuítas na formação do país e do caráter dos seus habitantes. Falando sobre, segue um trecho que caracteriza essa posição.

Os séculos decorridos não a descaracterizam, antes a salientam, como expressa na nobreza do espírito brasileiro, nos pendores humanos das tradições de que nos orgulhamos e no tocante espiritualismo de nossas instituições, de nossas conquistas culturais, de nosso próprio clima político, inenso a qualquer influência que não as de respeito ao padrão do sentimento cristão, que consolidou a nossa unidade espiritual e penetrou toda a nossa evolução histórica. Ligando sua existência a sua influência edificadora ao desenvolvimento brasileiro ... (Relatório Geral, 1940, p. 12)

A posição da companhia é clara: os jesuítas não só fazem parte da história da formação do país, mas fazem parte da formação moral da incipiente nação. O trecho seguinte define essa posição.

O que pretendíamos pôr em evidência, a propósito do 4º centenário da benemérita Companhia de Jesus, é o quanto se justifica, no Brasil, o brilhantismo das comemorações hoje efetuadas, não só nos círculos católicos, mas também por parte de quantos objetivamente hajam examinados, no curso do desenvolvimento social e político de nossa Pátria, a benfeitora colaboração dos jesuítas Isto, que tanto depõe a bem da comunhão dos jesuítas, vincula legitimamente à estima dos Brasileiros a genial organização de Loiola, cujas tradições, no Brasil, se confundem, a muitos respeito, com as de nossa formação mental e histórica (Relatório Geral, 1940, p. 13)

Novamente trazemos Maria Helena Capelato, agora em seu livro *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*, apresentando que a rememoração está ligada invariavelmente a situação do presente, ou melhor dizendo, está ligada a legitimação social de uma memória. O Estado Novo, em seu ímpeto de criar uma identidade nacional coletiva, buscou construir uma linha de valores que vem se repetindo do passado até o presente.

Esses valores deveriam promover a unidade nacional ao longo da história brasileira, já que essa necessidade surgiu no pensamento estadonovista a partir da constatação de que vivíamos em uma “nação incompleta”, que não valorizava e não sabia da sua própria tradição.

A completude da nação brasileira dependia de vários fatores: caldeamento étnico, integração territorial, centralização do poder político, reconhecimento da autoridade estatal em todos os cantos do país, comunhão cultural e religiosa do povo. Os intelectuais envolvidos com o novo regime propunham-se a “completar a nacionalidade” e “forjar a identidade nacional coletiva”. (Beired, 1996, p. 239 apud Capelato, 1998, p. 235)

A disciplina História do Brasil foi reformulada para atender essa demanda. Logo, os jesuítas se apresentavam como auxiliares na construção, manutenção e defesa do povo brasileiro e de suas características. Esse movimento é ainda mais enfático se pensarmos que o Colégio Catarinense era uma instituição de ensino secundário, tendo o ministro Gustavo Capanema conferido a essa modalidade o papel de formar a juventude que deveria reconhecer suas tradições como parte do espírito patriótico.

Durante o Estado Novo o conceito de Pátria possuiu um sentido romântico de comunidade e família, ligado aos pensadores católicos da época (CAPELATO, 1998, p. 233). A propagação desse pensamento patriótico deveria ser exercida pelas elites e classes médias que possuíam formação secundária: uma formação, como sempre é afirmado nos relatórios, como germinadora de um pensamento moral, intelectual, religioso e patriótico. Essa questão, entretanto, faz parte do nosso segundo capítulo.

No Relatório Geral de 1943, uma memória intimamente ligada ao Exército aparece com destaque. Um ano após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, o dia do Soldado

ou dia de Duque de Caxias foi comemorado externamente e internamente pelo colégio. O Brasil estava preparando sua força expedicionária que iria um ano depois atuar na campanha da Itália e o Exército buscava legitimar sua atuação.

José Murilo de Carvalho, no capítulo *Vargas e os Militares*, presente no livro *Repensando o Estado Novo*, aponta o Exército e Vargas como os dois atores políticos dominantes de 1937 até 1942, surgindo a partir daí, por intermédio de Vargas, o movimento trabalhista (CARVALHO, 1999, p. 342 - 343).

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército ganha uma maior independência nacional devido a sua forte atuação internacional. Nas páginas do relatório de 1943, a celebração do aniversário de Duque de Caxias esteve dentro de uma lógica de culto aos heróis nacionais do passado. Mas, sobretudo, é apresentada uma mentalidade própria do Exército como instituição. Segue dois trechos presentes no discurso de comemoração que justificam esse apontamento.

O jovem comandante justifica a confiança, pacificando o Rio na época das Regências. Maranhão! Uma das mais sangrentas tragédias da História Nacional, a Balaiada, feita por facínoras que aterrorizavam a província toda e que não merecem o nome de soldados é debelada por Caxias. O exército pacificador de Lima e Silva não conhece credos políticos, marcha e bate-se até unir novamente todos no seio da grande família brasileira. Este grande feito de armas e de política assegura ao Comandante e gratidão a uma província e o título de Barão de Caxias, que em breve vai ser elevado a Marquês, Conde, Duque (Relatório geral, 1943, p 24)

Assim como o da página seguinte.

Rio Grande do Sul! Grande é sua satisfação quando, depois de tanto tempo de lutas, o povo gaúcho acaba a guerra, sem rancores e ressentimentos, e elege, num gesto espontâneo, para Presidente da Província novamente incorporada à grande união brasileira, o vencedor (Relatório Geral, 1943, p 25)

Citar uma memória oficial do Exército em uma instituição religiosa, como vimos, não é de todo surpreendente. O ponto principal é que elas são direcionadas de norte a sul, fazem parte da ideia de unidade nacional direcionada para o país. O que nos leva a falar sobre o segundo ponto da identidade nacional coletiva: a unidade territorial.

3.1.4 Unidade territorial

Quando falamos de unidade territorial devemos pensar além da unidade propriamente geográfica, sendo necessário saber como foi vista a unidade populacional deste território. Podemos dividir esse tema em dois contextos. O primeiro é o contexto político-social do pós-

revolução de 30. Período histórico propício à forja da identidade nacional coletiva: a Revolução de 30 buscou remodelar o caráter e a atuação do Estado na sociedade. Seu desfecho foi a tomada do poder como um pedido de homogeneização da sociedade.

Como destacado na introdução, o processo histórico que vai de 1930 até o golpe de 1937 é marcado pela expulsão provisória das oligarquias políticas da Primeira República, a disputa interna no movimento revolucionário, a ascensão do papel político dos setores católicos e a conseqüente radicalização das disputas envolvendo católicos, setores progressistas, integralistas e militares.

Na esteira desse conturbado processo a doutrina estadonovista é formada. O golpe permite que se monte um governo autoritário junto dos militares e que se estabeleça uma aliança com a Igreja Católica, dirigida pelas visões nacionalistas que ganhavam eco no Centro Dom Vital.

O segundo contexto é o cultural. Para isso precisamos voltar à Primeira República e suas teses raciais. Estudadas no Brasil ao longo de todo o século XIX, as teses raciais se inspiravam na sociologia positivista-evolucionista-orgânica, forte tendência epistemológica na Europa durante o período de colonialismo imperialista.

No alvorecer do controle político das oligarquias, o pensamento civilizacional do “ser europeu” ganha força nas elites intelectuais (CAPELATO, 1998, p. 226). Esse “ser europeu” é a base do pensamento liberal das reformas urbanas e higiênicas das grandes cidades do país e a solução do trabalho nos campos. O imigrante europeu é chamado ao país para substituir o negro. Este último é excluído do mercado de trabalho formal, excluído da alfabetização e excluído das decisões políticas. Suas tradições populares são caçadas e proibidas e sua pele busca ser apagada: o imigrante auxiliaria no processo de embranquecimento da população.

O modelo liberal-federalista da Primeira República não tem a pretensão de buscar uma unidade identitária única: a base do pensamento epistemológico das elites oligarcas busca essa identidade por meio da exclusão de sua população pobre e de cor (CAPELATO, 1998, p. 226).

A mudança institucional que surge na Revolução de 30 proporciona aos críticos desse pensamento tomarem as rédeas das discussões sobre a sociedade na esfera pública. A identidade deixa de ser atrelada a algo externo e a busca da unidade nacional é o assunto central em todas as discussões.

A superação do atraso exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, por

intermédio da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional. Esse era o leitmotiv dos nacionalistas brasileiros que, a partir dos anos 20, empenharam-se na luta para salvação do país do atraso, da desordem e da corrupção, males provocados, segundo eles, pela experiência republicana. (CAPELATO, 1998, p. 226 – 227)

Nas disputas políticas, ganha a perspectiva autoritária e homogeneizadora. Sua moda foi formar a unidade nacional com integralização nacional. Fixar o modelo unitário em detrimento do federal. De instituições totalizantes em detrimento do modelo democrático. Busca-se representantes dessa política, das raízes do Brasil. Se no modelo anterior a identidade nacional era por vias explicitamente excludentes e era necessário recriá-la a partir da sua europeização e branqueamento, o Estado Novo quer a sua nacionalização: tornar sua aceitação palatável a toda a sociedade e, conseqüentemente, controlar os símbolos e as virtudes que representariam essa nova identidade.

Uma dessas identidades foi o homem do campo: o *jeca-tatu* ou o *caboclo*. Miscigenados, trabalhadores do campo, considerada a riqueza da nação, esses sujeitos passaram a ser vistos como detentores da nacionalidade pura, pois deles sairiam a integralização territorial da nação (CAPELATO, 1998, p. 228). A valorização do interiorano/interior foi essencial para a ideia de unidade nacional, um todo de norte a sul, que ganharia na chamada *Marcha para o Oeste* o seu impulso modelador.

Essa política visava a construção de colônias e povoamentos e o incentivo da migração às regiões do centro-oeste e do norte do país. Na prática, a política de valorização do sertão e do sertanejo fomentou a legitimidade da expansão agrícola em detrimento dos povos indígenas. Essa ação levou a novas leituras dos personagens do passado.

O bandeirante foi a grande figura recuperada como símbolo do nacional. *Marcha para o Oeste* representava a continuação da epopeia das bandeiras. A figura desbravadora do sertão e delinearora das fronteiras ... (CAPELATO, 1998, p. 228 – 227)

Essa perspectiva se apresenta no colégio ainda em 1938. Na parte destinada a comemoração do primeiro ano do Estado Novo, o campo e a terra são ditos como os valores materiais que trazem a “felicidade da pátria” (Relatório Geral, 1938, p. 75). Essa parte é destinada quase que por completo ao louvor das riquezas da terra e sua necessária extração.

“A terra-mãe, rasgada pela enxada do colono, sulcada pelo arado do agricultor, se abre fértil e ubertosa, faz brotar as virentes plantações que nos dão o pão de cada dia. E a nossa terra fornece riqueza de vegetais que somos inveja de todas as nações. Tudo que cresce no mundo, também cresce no Brasil (Relatório Geral, 1938, p. 37)

A exaltação patriótica dessas páginas reflete o projeto governamental de não somente auxílio aos latifundiários, mas da romantização do campo e de suas relações de trabalho.

Como dito anteriormente, o próprio nome “*Marcha para o Oeste*” representava uma perspectiva idílica do movimento.

Usando propaganda política, seja por meio de eventos cívicos ou via rádio, na construção da identidade nacional coletiva o fator unidade nacional foi essencial quando o governo elencou virtudes como patriotismo, harmonia de classes e obediência ao líder. Esse último ganha em Getúlio Vargas a visão personalista que mais tarde se desvincularia do próprio Estado Novo.

O projeto de unidade nacional materializado no fomento da agricultura, reflete-se ainda no Estado Novo: “O nosso Governo, representado na pessoa do augusto magistrado supremo da Nação, dr. Getúlio Vargas, nascido no Estado Agricultor vem fomentando, por todos os meios, a nossa produção agrária” (Relatório Geral, 1938, p. 37).

Contudo, cabe lembrar que estamos ainda em um regime autoritário e a exaltação acalorada que vimos significa menos um amor incondicional aos ideais estadonovistas do que a necessidade de realçar uma posição para não ser considerado um “inimigo”. A caça, prisão e tortura não se limitaram aos inimigos declarados, mas também a antigos aliados de Vargas.

Os integralistas, antigos aliados dos católicos e de Vargas, foram reprimidos junto dos outros partidos em 1937. Os nacional-socialistas, vistos de maneira positiva por membros do governo central, também são reprimidos e o processo é intensificado durante a entrada do Brasil na guerra contra o Eixo (CAPELATO, 2007, p. 131 - 132).

Este último foi a maior pedra no sapato do colégio. A relação padre jesuítas alemães e nazistas foi uma associação muito forte em Santa Catarina, tornando delicada a posição do Colégio Catarinense durante o regime. É bom lembrar sobre a presença constante nos eventos do colégio de importantes autoridades ligadas ao governo, fator que realçava a necessidade dos discursos romantizados.

A visita de Apolônio Sales, agrônomo e Ministro da Agricultura, em 1944, reflete essa ideia de demonstração patriótica. Em meio a participação dos “pracinhas” na Itália, a pressão por demonstrar-se na luta era imensa. A presença de um ministro de Estado era uma chance única para realçar os valores de unidade nacional, além de acariciar o ego do visitante.

E queria eu hoje, que estes jovens que olham para V. Excia. Cheios de curiosidade e cheios de orgulho, tivessem em V. Excia. o modelo para que, entusiasmando-se eles pela nobre carreira que V.Excia. abraça, se lhes desperte na alma a vocação sublime de tirar da terra pródiga as riquezas que ela nunca nega ao braço que trabalha. Queria que o dia de hoje fosse o despertar de muitas vocações como a sua para que o Brasil de amanhã tenha muito trigo para alimentar os seus filhos ... tenha muito ferro ... tenha muito carvão ... explore as riquezas do solo do sub-solo, e dor mar ... para que o Brasil, rico em terras, seja rico e pródigo em produtos da terra e ocupe, no concerto

das nações, o lugar que lhe compete, de honra, riqueza e dignidade! (Relatório Geral, 1944, p. 15).

O discurso do orador Padre Diretor Bertoldo Braun termina pedindo que essa mensagem chegue a Getúlio Vargas. Demonstrar solidariedade à causa envolvia diversas teias de interesse com reverberação nacional, mas também se baseando em particularidades locais, pois toda a decisão de caráter nacional passa invariavelmente sobre o mando local, mesmo em um regime claramente centralizador.

3.2 A queda do regime e a remodelação do cenário nacional

3.2.1 A chegada da redemocratização

Eli Diniz, no capítulo *Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais*, presente também na obra *Repensando o Estado Novo*, descreve que na iminente perda de apoio nacional e internacional, muito pelo contexto mundial de democratização dos países, o Estado Novo chega a seu fim em 1945. Contudo, a autora explica como as estruturas do mesmo se mantêm nos anos posteriores.

O legado institucional varguista, já descrito em seus aspectos essenciais, não foi desmontado com a queda do Estado Novo. É preciso lembrar que a redemocratização do país, no período pós-45, não afetou de forma substancial o centralismo administrativo e o estilo de gestão introduzidos por Vargas. Ao contrário, preservou-se, em grande parte, o arcabouço institucional do governo deposto.³ Executivo forte, controle do processo decisório pela alta burocracia, subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, desenvolvimento de uma classe empresarial atrelada aos favores do Estado e marginalização política dos trabalhadores rurais persistiriam como elementos centrais do novo regime. Na verdade, a experiência democrática dessa fase (1945-64) conduziu à instauração de um sistema político semicompetitivo, caracterizado pela reduzida autonomia dos mecanismos de representação política e pelo papel secundário da instância parlamentar no processo de formação de políticas (DINIZ, 1999, p. 29).

O sistema político acabou delimitando uma redemocratização pouco abrangente, onde as elites políticas conseguiram se manter nos processos de decisão. O alinhamento do Colégio Catarinense continua com as elites políticas locais e com o Exército, como vimos nas partes da visita à Base Aérea de Florianópolis, nos agradecimentos ao Instituto Brasil-EUA e o intercâmbio de um ex-aluno para uma instalação militar estadunidense, todos em 1945. As relações de interesse se mantêm mesmo após o Estado Novo, cabendo ao colégio se readaptar às novas demandas.

Figura 2 - Homenagem ao presidente Eurico Gaspar Dutra



Fonte: Relatório Geral, 1945, p. 4 – 5.

Figura 3 - Homenagem ao agora senador Nereu Ramos



Homenagem ao senador Dr. Nereu Ramos, insigne bemfeitor do Estabelecimento

Fonte: Relatório Geral, 1945, p. 14 – 15.

É difícil saber se a posição do Colégio Catarinense foi de adesão espontânea ao discurso da época ou foi movida pela necessidade de se adequar, mas o que tentamos mostrar neste capítulo é que cada manifestação, cada discurso ou cada homenagem passava por uma série de motivações. Muitas vezes consequência de interesses pessoais ou de grupos. O Colégio Catarinense pode ser analisado como um exemplo para se entender como uma instituição escolar se ajustou no período que vai de 1937 até 1945.

4 TERCEIRO CAPÍTULO - A formação dos estudantes no Colégio Catarinense: princípios, a “estrada real” secundária e visões católicas de mundo e sociedade

Na esteira dos acontecimentos que levaram ao Estado Novo, o já comentado projeto de criação de uma nova nação requeria a igual criação de um novo homem, este adequado aos princípios e ideais propagados a partir de 1937. Essa noção de novo homem já foi desenvolvida no primeiro capítulo, porém, com um olhar amplo sobre a totalidade dos cidadãos. Neste segundo capítulo redirecionaremos para a perspectiva formativa, buscando entender como a mesma era consequência da configuração dos estudantes secundaristas no sistema educacional da época.

O outro foco deste capítulo é perceber como o pensamento conservador católico que se consolida na década de 30 é assimilado pelo Colégio Catarinense. Para isso, usamos trechos referentes às cerimônias de formatura dos bacharéis da instituição e da Faculdade de Direito do Santa Catarina, buscando entender de que maneira a formação dos estudantes passou pela incorporação do pensamento conservador promovido pela Igreja Católica no país.

Contudo, cabe primeiramente traçar um pouco da mentalidade formativa da instituição, delineando o ambiente pedagógico oferecido na época.

4.1 Princípios pedagógicos do Colégio Catarinense

4.1.1 Explicação entre 1937 a 1939

Norberto Dallabrida, agora em seu artigo *Disciplina e Devoção: O Ginásio Catarinense na Primeira República*, que disserta sobre o que ele chama de “dispositivos didáticos” presentes no cotidiano escolar do Colégio Catarinense: o conjunto de normas, atividades, princípios e finalidades que regem a escolha e a apresentação dos saberes escolares, dando significado ao cotidiano promovido na instituição. Esse processo é a base de feitura de um currículo escolar.

Porém, aqui a chave do raciocínio está em entender como esses dispositivos foram essenciais na criação de identidades escolares e como essa última é resposta direta aos ditames sociais e culturais de seu tempo. Sobre isso, Dallabrida aponta o caminho.

A definição e disposição das estratégias e táticas utilizadas para fazer o conhecimento circular no interior das escolas são vetores que indicam a intenção, consciente ou velada, de produzir identidades escolares específicas. São práticas não-discursivas

escolares que se conectam aos processos sócio-culturais nos quais a escola está inserida, formando uma teia complexa, provisória e interdependente (DALLABRIDA, 2002, p. 3).

No Colégio Catarinense a construção dessa identidade passava pelos conteúdos escolares, as atividades recreativas e pelos eventos extraclasse. Era necessário pôr em bases sólidas algumas virtudes que definiriam a identidade dos estudantes, da instituição e, como relatado no primeiro capítulo, da classe social ao qual essa instituição respondia as demandas.

Ter consciência e autocontrole de seus deveres intelectuais foi fator primordial na apresentação das rotinas dos alunos, que de 1937 até 1939 encontravam-se quase por completo na seção *Relatórios Particulares*: condensava a descrição da rotina estudantil, dividida em Externato e Internato, e os eventos extraclasse que envolviam o colégio. No primeiro parágrafo dos comentários sobre a Iª divisão do Internato, fica explícito o teor do pensamento aplicado pela instituição.

Toda a divisão em peso pode-se dizer sem exagerar, se esforçou e pôs nisso o seu brio, de proceder correctamente em toda a parte por convicção do proprio dever. Convictos de que a esmerada educação tanto moral como intellectual que os seus metres extremados lhe conferem a expensas não raro de duros sacrificios dos paes queridos, lhe impõe um dever sagrado de corresponder aos continuos esforços daquelles, que são os forjadores do seu futuro, ostentando por toda a parte um comportamento exemplar e uma applicação á toda prova, que não contenta com somente passar para a serie seguinte, mas que se quer distinguir, disputando as notas de distincção e os primeiros lugares (Relatório Geral, 1937, p. 73) .

Assentada em Florianópolis por pedido das elites políticas da Primeira República, a instituição jesuítica teve ampla liberdade de aplicar seu princípio pedagógico nos estudantes oriundos das famílias abastadas do estado. Baseado no modelo pedagógico da *Ratio Studiorum*, constituído no século XVI e com constantes adaptações ao longo dos anos, permitia se adequar as novas necessidades da sociedade burguesa: a “entrada na vida pública” era a entrada no mercado de trabalho.

Na transição do século XIX para o XX, a formação requereu uma gama nova de conhecimentos e novas formas de disciplinamento da conduta (DALLABRIDA, 2002, p. 3 - 4). A execução desse modelo passou pela criação de um ambiente que propiciava a ideia católica de “amor ao trabalho”, construída a partir de medidas que estruturavam a vida dos discentes: separação por regimes, divisões e classes; aulas de segunda a sábado, com três destinadas aos horários da manhã e duas à tarde, durante 45 minutos cada; rígida centralização na hierarquia das decisões escolares; eventos que promoviam premiações por boa conduta e pelas melhores médias e o incentivo à participação de festas escolares e ritos religiosos (DALLABRIDA, 2002, p. 4 - 6).

A intenção era criar um ambiente controlado, estabelecendo normas que facilitaríamos o controle cotidiano dos alunos. Para isso, eram incentivadas ocupações que promovessem condutas “moralmente” adequadas às finalidades pedagógicas da instituição.

Esse ambiente fica mais evidente nos relatórios quando observamos a descrição das atividades promovidas pelo colégio: seja no futebol, no teatro ou na ginástica, a descrição é carregada por um discurso moralizante sobre a finalidade dessas atividades e da atitude “correta” na qual os alunos deveriam se portar. O molde da conduta tornava-se, invariavelmente, o molde da identidade. Segue a fio a descrição da ginástica, presente no Relatório de 1937.

Oxalá que para o anno augmente o numero dos que participam deste auxiliar poderoso da formação, visto que o gymnasta, além de educar-se a si proprio á constancia frequentando regularmente os exercicios da turma, elle adquire o dominio sobre o seu corpo sujeitando-o, apesar da natural indisposição, apesar de calor, frio ou cansaço, sujeita o seu corpo aos exercicios que exigem concentração, habilidade, ferrea vontade (Relatório Geral, 1937, p. 82).

E sobre a representação teatral.

Tem a representação theatral classica por si a finalidade de abalar os animos do auditorio para que sintam e approvem o que é recto, nobre, elevado, e para que desprezem e detestem o que é máu, baixo, vil. De modo que o espectador sahirá com os sentimentos da alma afinados pelo diapasão da justiça, da nobreza, da grandeza de sentimentos, expressas a vivo no palco (Relatório Geral, 1937, p. 87).

As descrições das atividades promovidas pelo colégio são acompanhadas pela exaltação de certas virtudes: autocontrole, aptidão física e mental, disposição aos estudos e conduta moralmente correta. Um curioso e trágico trecho que ilustra a demanda por essas virtudes está na homenagem destinada ao ex-aluno Hercílio Luz, que morreu de meningite em 29 de agosto de 1937.

A curiosidade do caso está no momento em que são descritas as virtudes póstumas do menino, pois as mesmas caracterizavam com as virtudes conclamadas em todos os *Relatórios Particulares*.

Pureza: até na rua sua compostura chamava a atenção dos transeuntes, inspirando-lhes respeito e estima; *Dedicação aos estudos*: eram sua preocupação constante nos sonhos febris da enfermidade e mesmo no delirio penoso da agonia; *Humildade*: Mamãe, disse um dia, chamaram-me hoje na sessão solemne para receber o Cartão de Honra; eu fiquei sentado porque pensava que não o merecia, mas os outros me obrigaram a buscar o premio. Aqui Está! *Devoção*: com que fervor rezava as orações diarias ao lado da mãe e cumpria as obrigações do Apostolado! Esmagado quasi pelas atozes, perguntava candidamente: Não é, mamãe, tambem Jesus soffreu tanto?! (Relatório Geral, 1937, p. 18 - 19).

Essas características surgem no corpo dos relatórios de maneira totalizante, traçando como meta para todos alunos de todas as divisões e regimes, excluindo socialmente os desvios de conduta. A palavra julgadora esteve em várias pequenas citações nos relatórios, como uma nota de rodapé, sendo algo a ser evitado. Segue alguns pequenos trechos que exemplificam essa questão.

Com a característica alegria e jovialidade nos recreios, a tradicional frequência e seriedade nos estudos e exercícios religiosos, absolvemos o anno lectivo de 1937, a contento de todos os bons elementos. Digo bons elementos, pois nunca faltam uns poucos desordeiros, que, porem, a si mesmo se castigam, ou sendo coagidos a retirar-se, ou por uma reprovação formal e vergonhosa (Relatório Geral, 1937, p. 80).

Ainda na mesma página.

Nesta sinfonia de louvores, porem, fere como nota discordante a vadiação temporária de alguns e constante de outros poucos, aquela ressarcida pelos arrancos gigantescos na hora H, mas a última, uma preguicite rara e aguda, só a debelariam estimulantes violentos e excepcionais (Relatório Geral, 1937, p. 80).

Esse “modus operandi” era fruto da maquinaria pedagógica jesuíta, que trabalhava com um alto grau de vigilância e controle da conduta dos alunos nos vários espaços do colégio. Esse olhar circulava pelas salas de aulas com a escolha de um professor regente para cada classe, controlando a frequência, as justificativas em caso de falta e as notas de cada aluno (DALLABRIDA, 2002, p. 7). Cada divisão¹⁴ era direcionada por um prefeito, que vigiava os estudantes nos momentos recreativos.

Nas salas de aula, os lugares fixos nas carteiras eram determinados pelos regentes e nos intervalos das aulas havia pátios específicos para cada divisão, que eram administrados pelos respectivos padres prefeitos. Os deslocamentos para os diversos ambientes eram feitos em filas, organizadas e vigiadas pelo corpo diretivo docente do colégio (DALLABRIDA, 2002, p. 4).

Esse controle, contudo, ganhou outro tom nas descrições presentes nos relatórios: um sentimento de união, de família. A construção do ambiente escolar do Colégio Catarinense buscava definir uma identidade nos alunos, inseri-los em uma cultura de formação intelectual universitária e de conduta social visando a superioridade que sua classe social lhe permitia.

Os desvios de conduta eram punidos com a exposição social, a retenção pós-aula, as tarefas de cópia e a “parede”, onde os alunos ficavam encostados em colunas dos galpões durante os intervalos, sendo os castigos físicos muito raros (2002, p. 7). Todos esses dispositivos didáticos tinham como fim guiar corretamente os estudantes à uma identidade

¹⁴ É importante ressaltar que cada regime, internato e externato, possuía duas divisões: a primeira, que abarcava os alunos que frequentavam os dois últimos anos do curso ginasial, e a segunda divisão, dos três primeiros anos do curso.

intelectualizada e elitizada, que tomaria os principais, mais poderosos e mais bem remunerados empregos existentes na época. Mas para isso precisamos entender como o sistema educacional da época propiciava a elevação aos mais altos cargos.

4.2 Histórico da educação brasileira

4.2.1 A pirâmide escolar dos anos 30 e 40

A educação durante o Estado Novo ganhou profunda importância a partir das políticas públicas de sistematização das modalidades escolares: tirando o ensino primário que só foi obter regras únicas de oferecimento um ano após o fim do regime, foi centralizado o oferecimento das modalidades secundária, comercial e industrial nas escolas do país.

Todas traziam propostas ufanistas de construção do ambiente escolar, porém, as diferentes finalidades de cada foram acentuadas nas letras dos decretos-lei outorgados na década de 40. Em um período que oferecia quase nenhuma liberdade de fazer o contrário do que era estabelecido, as instituições secundárias buscaram terreno propício para se estabelecer.

No caso do Colégio Catarinense isso passou necessariamente pelas linhas de interesse com o executivo estadual, como relatado no primeiro capítulo, presentes também na descrição de uma citação referente ao relatório do governo do estado sobre o ano de 1939, onde o Colégio Catarinense é citado como o estabelecimento de ensino secundário mais conceituado de SC. A resposta do colégio vem logo em seguida: “Essas referências honrosas nos estimulam a correspondermos no presente e no futuro às justas esperanças do Governo, tanto na formação intelectual, como moral, da mocidade catarinense.” (Relatório Geral, 1941, p. 5).

Essa formação ganha seus contornos na parte *Os Bacharelados de 1941*, presente na seção *Relatórios Particulares*. Esse evento contém um grande número de informações sobre as virtudes promovidas na formação desses estudantes no período de transição do ufanismo nacionalista, sendo 11 páginas com discursos de alunos, do Inspetor Federal Antenor Moraes e do Prefeito Geral Padre Bertoldo Braun.

A fala do quartanista Ivan Ribeiro, representante dos alunos quartanistas, apresenta alguns pontos que devem ser levantados quando pensamos nos entornos da formação dos alunos no Colégio Catarinense.

“Falou de início o quartanista, sr. Ivan Ribeiro, saudando os colegas do quinto ano, em nome dos alunos do Ginásio. Seu discurso foi o seguinte: Parabéns, diletos bacharelados, que atingistes a meta suspirada! A primeira etapa de vossa formação literária está vencida, tendes aberto o caminho para uma cultura que vos tornará membros uteis à sociedade e à pátria. Ginasianos inda ontem, sereis no dia de amanhã os engenheiros, os médicos, os juristas, que plasmarão, mais e mais, a verdadeira grandeza do Brasil (Relatório Geral, 1941, p. 37).

Esse trecho levanta duas questões essenciais para entendermos a formação educacional e social dos alunos do colégio: qual era a realidade do ensino secundário durante as décadas de 30 e 40 e qual era posição social almejada para os estudantes após os estudos formais. É bom pontuar desde já que a segunda questão está intimamente ligada com o pensamento conservador católico nas questões sociais e políticas, tema futuramente trabalhado.

Já a primeira questão não faz parte dos assuntos presentes nos relatórios, porém, possui fundamental importância pois permite entender não somente como a modalidade alocava classes específicas para o ensino superior, mas também como o Colégio Catarinense se portava neste modelo.

Celso de Rui Beisiegel, em seu capítulo intitulado *Educação e sociedade no Brasil após 1930*, presente no livro *História Geral da Civilização Brasileira*, explica que o modelo de ensino secundário esteve em um lento processo de mudança até chegar em sua centralização definitiva durante o Estado Novo.

Herdado do período imperial, o modelo mais recorrente consistia em cursos preparatórios para o egresso no ensino superior, sem classes seriadas e com cursos e exames parcelados, sem qualquer tipo de padronização das suas estruturas em âmbito nacional. Esse cenário é transferido para Primeira República sem muitas mudanças. Contudo, ainda assim houveram tentativas de padronizar o modelo, como a Reforma Rivardávia, de 1911, Carlos Maximiliano, de 1915, e Rocha Vaz, de 1925; estas, porém, nunca conseguiram imprimir a centralização esperada.

O fracasso em âmbito nacional se deu por alguns fatores, como a falta de capacidade de controlar e fiscalizar escolas em uma país de patamares continentais até o modelo de Estado Federativo característico neste período republicano, em que cada estado permitia que suas oligarquias detivessem um controle jurídico das estruturas administrativas e organizacionais em detrimento do controle unitário, marca do período pós-Revolução de 30 (BEISIEGEL, 1984, p. 390).

Contudo, este modelo deve ser entendido como parte dos conhecidos “dois sistemas” de educação que imperavam no país: o ensino primário público destinado às camadas populares e o ensino secundário majoritariamente privado destinado às elites. Também herança do período

imperial, esses sistemas são continuados pela Constituição de 1891, que reafirma que o cuidado do ensino secundário estava nas mãos do setor privado e da união. Já aos estados havia a liberdade em investir em ambas as modalidades, contudo, acabavam por centralizar-se no setor primário popular pois os fracos recursos econômicos permitiam o investimento somente neste espaço.

Esses dois sistemas geravam uma impossibilidade estrutural das classes populares acenderem a degraus mais elevados da educação no país, pois o setor secundário tradicional era quase que exclusivamente controlado por escolas privadas e o ensino superior destinava pouquíssimas vagas (BEISIEGEL, 1984, p. 390 - 391).

O cenário pós-Revolução de 30 passa por importantes mudanças na compreensão do contexto no qual o Colégio Catarinense se encontrava em meados da década de 40. Os Decretos-lei N° 19.890, de 1931, e N° 20.158, de 1932, que dispunham sobre a organização do ensino secundário, transformaram os antigos cursos parcelados em modelos com organização seriada e dividida em ciclos, o fundamental e o complementar, de cinco e dois anos de duração, respectivamente (BEISIEGEL, 1984, p. 391).

Esses decretos fizeram parte das Reforma Francisco Campos, que assim como as Constituições de 1934 e 1937 e as Leis Orgânicas de 1942 a 1946, traçaram o pensamento centralizador da União na tomada das decisões sobre as diretrizes educacionais da época¹⁵.

São nas Leis Orgânicas que os dois sistemas da educação ganham visibilidade institucional. A partir de 1942 são publicados os decretos-lei que organizariam institucionalmente as modalidades de ensino de maneira separada. A organização dos princípios, diretrizes e currículos foram feitas sem qualquer possibilidade de continuidade entre as modalidades, seja em sua base filosófica quanto no material, pois a estrutura de financiamento separada se mantinha.

Essa separação era acentuada por barreiras legais, como a exigência de um exame de admissão para adentrar ao ensino secundário. O curso colegial, anteriormente conhecido como ciclo complementar, detinha como requisito obrigatório o curso ginásial, inibindo a participação de alunos que cursaram o primeiro curso dos ensinos industrial e comercial (BEISIEGEL, 1984, p. 393).

15 Foram quatro leis outorgadas de 1942 até 1945, último ano do Estado Novo: uma para o ensino industrial, outra que criou o SENAI, outra para o ensino secundário e a última para o ensino comercial. Em 1946 foram também quatro leis outorgadas: uma para o ensino primário, outra para o ensino normal, outra que criou o SENAC e a última que reorganizou o ensino agrícola. Ver em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm

Esse padrão dualista se mantém nas décadas de 40 e 50, sendo interrompido somente com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Mas esse “dualismo intelectual” tinha no ensino secundário o seu modelo central.

A nível de segundo grau, o ensino secundário constituía o que se chamava na época a grande “estrada real” e, assim, comandava todo o sistema então estruturado. Era o único a ensejar efetiva circulação horizontal e vertical, pois todos os demais ficavam circunscritos ao seu nível e para nível mais alto. O seu objetivo centrava-se na formação da personalidade adolescente, o que não há que discutir, mas endereçava-se à preparação de individualidades condutoras e, portanto, dos homens portadores das concepções e atividades espirituais que é preciso infundir nas massas. Como se houvesse uma adolescência predestinada a conduzir e outra marcada para ser conduzida (CHAGAS apud BEISIEGEL, 1984, p. 393).

4.2.2 A “estrada real” da educação brasileira

Considerar o ensino secundário como a “estrada real” para a educação superior e posteriormente para o acesso aos melhores locais de trabalho foi um processo histórico muito longo e que adentrou no Estado Novo de maneira peculiar. As legislações dos anos 30 e 40 institucionalizaram barreiras historicamente postas de exclusão social e elitização, ao mesmo tempo ocorria uma rápida demanda por novas matrículas.

Houve uma necessidade durante o regime de ampliar a estrutura educacional. Porém, a materialidade das ações nos anos 40 foram muito poucas. Ainda assim a tendência de inversão do setor privado para o público estava sendo embrionada. A ampliação das escolas públicas do estado de São Paulo durante os anos de 1940 até 1962 apresenta os números dessa tendência.

Em 1940 havia no Estado 41 ginásios públicos, 3 na capital e 38 no interior. Em 1962, a rede de escolas oficiais de ensino secundário contava com 561 estabelecimentos criados: 96 na capital e 465 nos municípios do interior. Já em 1961, segundo informações do Anuário Estatístico do Brasil, a iniciativa particular havia perdido a anterior situação predominante, passando a absorver somente 47% dos alunos estão matriculados nesses ramos de ensino (BEISIEGEL, 1984, p. 395).

Dada as proporções regionais, percebe-se em todo o território nacional o movimento de ampliação dos ginásios e escolas secundárias. Em Santa Catarina isso não foi diferente. Novamente trazemos Norberto DallaBrida, agora em outro artigo *A força da tradição: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede*, para apontar que em 1947 surgem no estado os primeiros cursos secundários geridos pelo poder público, sendo até então um ambiente altamente restritivo para essa modalidade.

Durante a Primeira República somente o então Ginásio Catarinense fornecia o curso secundário e na Era Vargas (1930-1945) existiam apenas sete instituições do gênero. Esse mísero número de estabelecimentos foi também consequência da assinatura de um contrato entre o Colégio Catarinense e o governo estadual que vetava a criação de qualquer curso secundário público estadual entre 1921 e 1946.

Esse tipo de influência sobre o poder público que nos ajuda a definir quem frequentava os caminhos do colégio e sua educação “moralmente superior”, pois as relações políticas nas quais um colégio está envolvido acabam influenciando em seus próprios princípios formativos¹⁶.

Na formatura dos quintanistas de 1941, o Prefeito Geral Padre Bertoldo Braun continua a leva de discursos tocando em um ponto muito interessante: a tradição do Colégio Catarinense é mantida pelo legado que seus ex-alunos constroem.

Jovens, levantai os vossos olhares e olhai para os que vos precederam e conquistaram os primeiros lugares por seu valor moral, olhai para eles e imitai-lhes o exemplo - honrando as tradições deste estabelecimento- cobrindo de glória o vosso nome e de vossas famílias- pondo a disposição da Pátria e de Deus as melhores forças de vossa existência (Relatório Geral, 1941, p. 41).

Legado, tradição e formação intelectual e moral foram temas que deram tônica aos vários discursos presentes a partir de 1941, estando presente em cerimônias que contavam com a presença de ex-alunos que ocupavam importantes cargos no cenário político catarinense e nas fileiras militares. A partir de 1930 esses alunos começam a atingir importantes espaços nos três poderes do estado, sendo que em 1935 é o colégio que forma a maioria dos deputados eleitos na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, além de ter Nereu Ramos como o grande chefe da política catarinense na Era Vargas (DALLABRIDA, 2008, p. 146 - 147).

A formação desses alunos passou pela própria configuração na qual o Colégio Catarinense se inseriu na educação catarinense: o cenário altamente restritivo para a ampliação de cursos secundários propiciou um ambiente altamente monopolizador na formação dos estudantes que iriam cursar o curso secundário. Foi necessário externalizar que a formação pedagógica dentro dos muros do colégio visava não somente o diploma, mas uma formação intelectual e moral diferenciada.

¹⁶ Sem querer repetir tópicos levantados no primeiro capítulo, pontuo que ao adentrar novamente no terreno político catarinense tenho a intenção de alinhar com os discursos promovidos pelo colégio em eventos solenes, entrelaçando as virtudes exaltadas com as posições sociais futuramente exercidos pelos estudantes; é na primeira parte deste trabalho que disserto sobre as questões do interesse político envolvendo a instituição.

Os ditames de autocontrole e perseverança nos estudos já vinham sendo desenvolvidos pelos relatórios anteriores, mas os discursos presentes na formatura dos quintanistas de 1941 elevam o ponto de uma formação superior. As falas do quartanista Ivan Ribeiro e do Prefeito Geral Padre Bertoldo Braun aumentam o tom sobre o lugar social destes alunos, caracterizada pela forte presença de autoridades na vida do colégio.

Somam-se a outros momentos proferidos pelo inspetor Antenor Moraes e pelo professor e paraninfo dos formandos, Padre Schrader: momentos de cobrança dos alunos, de seguirem o que a sua formação havia lhes proporcionado. Seguem os trechos, respectivamente, de Antenor Moraes e do Padre Schrader.

Os que ficam, cômnicos de seus deveres, vão avançando série por série e os que partem como vós, levam desta casa uma recordação indelével que lhes vai suavizando destino em fora. Não Saem às tontas, porque saem enxergando com a alma: não saem cansados, porque vão fortalecidos pela Fé; não se afastam como mendigos de favores baratos, porque partem de viseiras erguidas, de corações fortalecidos e ânimo retemperado; não saem como sombras esqueléticas, porque aqui robusteceram os corpos com exercícios salutareos. Saem verdadeiros homens briosos, aptos para inapreciáveis conquistas em todas os setores de trabalho. Esse galardão é vosso. Glorificai-o (Relatório Geral, 1941, p. 39).

E na página 45.

A realidade corta agora todos esses vínculos de amizade e convivência familiar, chamando-vos para entrar na arena da vida. onde vão começar os primeiros combates sérios pela existência. Por isto está despedida, marca o começo duma nova época na nossa vida, época importante e séria. Entrais na arena da vida, isto é, não para brincar, não para sonhar, não para diverti-vos, mas para trabalhar e combater pela vossa posição social, para lutar pela glória de Deus e o bem da pátria (Relatório Geral, 1941, p. 45).

Termos como “entrar na arena da vida”, “trabalhar e combater por vossa posição social” e outras frases dão a tônica sobre uma formação que aludia seus alunos a tomar o espaço social que lhes era de direito, entendimento que está de acordo com a formação dos estudantes secundários na época.

Todavia, os trechos sobre esse tema presentes nos Relatórios Gerais de 1942 e 1943 nos relembram que o Colégio Catarinense foi também um estabelecimento gerido pela Companhia de Jesus, subordinada aos ditames do clero católico nacional. Sendo assim, era um estabelecimento envolto no pensamento católico de caráter conservador que surge com muita força nos anos de 1931 e 1932. Esse pensamento percorre longas páginas nos relatórios do colégio.

4.3 O pensamento católico conservador

4.3.1 Moralização dos temas

Durante todos os relatórios é viva e constante as citações sobre os princípios existentes na formação dos estudantes: rigidez nos estudos, autocontrole, aptidão intelectual, moral e física, conduta moral adequada. Ao mesmo tempo, o local social dos mesmos foi sendo apresentado a partir do momento em que os discursos proferidos em cerimônias começam a ser descritos: eloquentes falas ditas por inspetores federais, padres professores e alunos de séries anteriores fechavam um ciclo simbólico sobre o sentido de sua formação secundária.

Entretanto, os princípios pedagógicos que norteavam o cultivo de condutas e pensamentos dos estudantes passavam necessariamente pelo aparato ideológico na qual o país e os grupos estavam inseridos. Esse aparato ideológico implementado por uma Igreja Católica intelectualizada fomentava visões de mundo e oferecia ao Estado Novo um alicerce ideológico na percepção da sociedade e na formação dos seus cidadãos. Nesse jogo de implementar uma visão de mundo unilateral, a noção de cidadãos ordeiros e obedientes funcionava tanto para a Igreja quanto para o Estado Novo.

A moralização dos assuntos esteve presente desde os primeiros relatórios, numa constante busca por lembrar a necessidade de manter uma “pureza de espírito” nos estudantes em face de um mundo em vias de ruína civilizatória. Esse olhar foi fruto de um pensamento construído desde a década de 20, ganhando força e se fixando nas ações ditas e não ditas do clero católico durante os anos 30 e 40.

A Igreja Católica de Santa Catarina seguiu fortemente essa tendência, concentrando na figura do Arcebispo Metropolitano Dom. Joaquim Domingues de Oliveira um poder que direcionou as instituições católicas do estado para a corrente seguida pela igreja brasileira da época.

No Relatório Geral de 1939 é apresentado pela primeira vez esse pensamento conservador. Na seção *Teatros e Festas* é descrito os benefícios recreativos e formativos da arte da atuação na educação dos alunos, porém, também é informado que esta tradição escolar possui maior importância nos tempos atuais.

E hoje em dia mais que nunca é preciso que esta tradição escolar não defina num mundo que alija de seu programa toda a tradição moral, intelectual e pedagógica. As ideologias modernas extremas arrancam o indivíduo *inteligente* da sociedade para torná-lo mero *número*, mera peça sem inteligência na máquina estatal, em que *um só pense*. No teatro, nas festas coletivas, acentua-se o trabalho individual inteligente pela

coletividade, dando calor real ao homem como tal e não descurando a importância que exige o bem comum, a coletividade (Relatório Geral, 1939, p. 62).

Como apontamos anteriormente, a formação dos estudantes no Colégio Catarinense passou por uma base intelectual escorada em princípios disciplinarizantes, que tinha como consequência a construção do que é certo e do que errado, do que é condizente com a moral cristã, base da formação no Colégio Catarinense.

No fim das contas, a formação educacional e pedagógica era condicionada pela cultura nas quais eles estavam inseridos: os exemplos do que deve ser seguido e do que não deve servir para definir as atitudes e escolhas destes estudantes quando estivessem inseridos na vida social.

Por isso a importância de acentuar temas que na primeira vista nada teriam a ver com o assunto deste segundo capítulo, como o “paganismo ultramoderno”, queda na taxa de natalidade, a aproximação entre ciência e religião, entre outros tópicos que surgem nos relatórios e estavam intimamente ligados ao projeto de construção de cidadão.

Esse pensamento conservador católico que obtém voz nos relatórios do colégio é fruto da relação entre setores da elite e classe média com o clero católico, todos dentro da incerteza política e ideológica que o país atravessava durante os anos. Monica Pimenta Velloso, em seu artigo *A ordem: uma revista de doutrina, política e cultural católica*, aponta que nos anos da Primeira República percebe-se um crescente nas discussões sobre a participação política de maiores setores da sociedade.

O movimento tenentista torna-se alvo frequente de críticas. O aspecto revolucionário que passa a política nacional é observado com um fim puro e exclusivamente materialista: mudanças na estrutura do Estado são entendidas apenas em suas pautas materiais, destituindo-se do essencial fundo moral religioso (VELLOSO, 1978, p. 125). E é esse o cerne do pensamento católico conservador, onde todas as discussões sobre pautas de variados temas, a ação de diferentes grupos na política e a configuração do Estado são medidas pela presença ou não dos preceitos defendidos pela Igreja Católica.

Dentro desse pensamento existiram dois motivos que foram essenciais para a adesão das classes médias e das elites: o tipo de resposta dada aos problemas da época e a crítica ao modelo político liberal e democrático. São importantes pontos para entendermos a finalidade do projeto educacional em curso nos estabelecimentos católicos, na medida que fornecem uma visão de sociedade almejada por grupos vocálicos desse pensamento.

Nos relatórios a crítica ao modelo liberal e as tendências revolucionárias aparecem com os nomes de “ateísmo moderno”, “paganismo moderno”, “ultramodernismo” ou até “neopaganismo”.

“1940! Em atalaia altaneira está um ancião. Víncos profundos sulcam-lhe o semblante sereno e grave! O olhar cintilante perscruta ansioso o horizonte do continente europeu transformado em fogo sinistro onde tripudia o ódio, a destruição e a morte! Ao ver este quadro de horror e bem compreendendo a origem de tamanha desgraça, levanta os braços aos céus e brada: “Meu Deus” Como poremos barreiras ao ateísmo moderno!” E murmurando diz para si: “Tudo o mais está em plano secundário, o que urge, é vencer o paganismo moderno! E este o problema vital! O único problema. A vitória de Cristo sobre o paganismo moderno!” (Relatório Geral, 1940, p. 29 - 30).

A citação anterior foi dita na seção *As comemorações do quarto centenário da companhia de Jesus* e refere-se ao Padre Waldomiro Ledóchowski, chefe da Companhia de Jesus. Como foi dito no primeiro capítulo, o Relatório de 1940 foi a primeira grande cerimônia que reuniu importantes autoridades do Estado Novo em escala estadual, onde o surgimento de alguns tópicos ganhou mais importância dada a situação. Cabe um maior entendimento de o que era esse Ateísmo Moderno, assim como entender como ele se encaixava na ideia de formação de ser humano ideal.

4.3.2 Desenvolvimento histórico

A ideia de corrupção do mundo moderno, da perda de valores tradicionais e do avanço de ideologias nefastas foram sendo desenvolvidas por setores católicos que possuíam grande adesão na esfera intelectual leiga, movida por um sentimento de contrarreação ao pensamento liberal e comunista.

Essa contrarreação se clarifica na criação do Centro Dom Vital e na publicação da revista *A Ordem*, ambos em 1921: criados e dirigidos até 1928 por Jackson Figueiredo, intelectual católico de grande renome, tornaram-se importantes propulsores do pensamento católico leigo.

Melhor explicando, o Centro Dom Vital foi uma das primeiras instituições católicas de caráter leigo, ou seja, destinada à formação do apostolado no pensamento cristão e independente de congregações, irmandades ou associações da Igreja Católica, possuindo vinculação direta apenas com o Arcebispo do Rio de Janeiro, o Cardeal Dom Leme. Sua atuação se concentrava na pressão das pautas católicas na política e o debate da esfera cultural e social do país (VELOSSO, 1978).

A revista *A Ordem* tornou-se o principal espelho do pensamento católico dos anos 20 e 30: era no periódico que se sistematiza o pensamento conservador adotado pela Igreja na década de 30. Alguns pilares desse pensamento eram a defesa da indissolubilidade da família cristã, da manutenção tanto política quanto moral da ordem vigente, da completa negação dos princípios liberais da sociedade e de indivíduo, da condenação a qualquer movimento revolucionário.

José Oscar Beozzo (1984) disserta que na prática essa linha de raciocínio levou rapidamente setores católicos às tendências autoritárias em curso no país. O governo absorve esse pensamento ideológico como base de ação durante os períodos de instabilidade política. Sua maior demonstração de força ocorre entre os anos de 1932 e 1934, época de eleições e de uma nova constituinte. O chefe da Igreja no país, o Cardeal Dom Leme, traça a estratégia de pressão que vai ser adotada na criação da Liga Eleitoral Católica (LEC).

A fórmula encontrada para uma atuação indireta mas eficaz dos católicos na política foi a LEC que se apresentava, em seus Estatutos, como organização com dupla finalidade: 1.º Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2.º assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja, e portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmo candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembleia Constituinte (BEOZZO, 1984, p. 304).

O programa da LEC se resumia em cerca de 10 pontos que iam da defesa do ensino religioso nas escolas públicas do país até a criação de leis que garantissem a ordem social perante atitudes subversivas. A estratégia da Igreja era ordenar as atitudes do Estado através dos pontos mais sensíveis que envolviam as visões de mundo cristã da época.

A eleição de 1933 para a Assembleia Constituinte foi um sucesso para os católicos, pois a maioria foi montada por deputados recomendados pela LEC, conseguindo importantes vitórias na elaboração da Constituição de 1934: a legislação trabalhista, o ensino religioso em escolas públicas e verbas para escolas, hospitais e instituições de auxílio. Enfim, a Igreja conseguiu “eliminar os empecilhos que o Estado Leigo lhe antepunha para penetrar nos aparelhos ideológicos do Estado a fim de informá-los segundo sua doutrina e princípio” (BEOZZO, 1984, p. 306 - 307).

Mesmo conseguindo um papel de destaque após ser promulgada a nova constituição, o clima político começa a entrar em convulsão com os embates entre os Integralistas e a Aliança Nacional Libertadora: as poucas reivindicações atendidas dos setores populares levaram a conflitos abertos de maior representatividade no espaço político. A Igreja se mostrava incapaz

de apoiar essas demandas populares, oferecendo somente uma legislação trabalhista e sindical afeita aos interesses patronais.

O que o pensamento dos setores católicos oferecia era na verdade uma proposta de sociedade excludente, que conformava as classes populares nos setores de trabalho de menor remuneração e elencava nas elites a pecha de “condutores da nação”, como visto anteriormente neste capítulo.

O “Ateísmo Moderno” surgia como uma noção reguladora do que seria aceito e do que não seria aceito: possuía uma maleabilidade que conseguia abarcar diferentes vertentes de pensamento em um termo pejorativo e modificar o entendimento sobre temas sensíveis para a população. Essa atuação foi uma das premissas do pensamento católico desse período, trabalhando em intensa tentativa de validar as posições da Igreja como verdades incontestes.

4.3.3 Moralização do mundo sobre os olhos do colégio

Essa forma de atuar gerava uma pressão em controlar a formação dos indivíduos, das suas identidades, suas subjetividades e de “fechar os caminhos” do que poderia ser aceito em um futuro próximo. Novamente na Relatório Geral de 1941, o Inspetor Federal Antenor Morais materializa com mais força a tônica desse pensamento que, como dito anteriormente, também esteve presente na carga ideológica estadonovista.

Porém, cabe lembrar que este ocorre na cerimônia de formatura dos quintanistas e é proferido como advertência aos “perigos do mundo moderno”, pois o Colégio Catarinense e todas as pessoas envolvidas teriam como fim “preparar jovens para serem dignos da sociedade e que possam ingressar na vida prática com sólidos conhecimentos culturais, religiosos e sociais ” (Relatório Geral, 1941, p. 39). Sobre o conselho, segue a fio.

Eu sei que ireis honrar a inteligência, porque soubestes dignificar o estudo. Eu sei que jamais em vossos cérebros frutificarão idéias derrotistas, sem Deus e sem justiça; idéias que produziram esse caos que deslustra os mais nobres sentimentos humanos; idéias que bestializam o homem, que destroem a civilização; que matam, nos corações dos povos, o amor às suas pátrias; idéias que profanam a família e que crucificam Deus ... Não devemos legar essa terrível herança à mocidade, nem dar à História esse funesto exemplo, selvagem e pagão (Relatório Geral, 1941, p. 40).

Waldomiro Bazzanela, orador da turma de formandos e anteriormente citado, nos lembra que o mundo é um lugar perigoso para alunos que se formaram em um espaço tão protegido das maldades da sociedade moderna. Usando a analogia da transformação de uma lagarta para uma borboleta, Waldomiro adverte.

E eis que agora somos borboletas. O brilho do nosso espírito é o reflexo das nossas ações no tempo de crisálida, no decorrer dos cinco anos de Ginásio. Somos livres como as borboletas e como as borboletas corremos perigos. Lembrai-vos colegas que há flores atraentes mas venenosas e que as roseiras são eriçadas de espinhos ponteagudos em que se estraçalham as asas do incauto inseto. Nem tudo que luz é ouro! O abismo quanto mais fundo mais fascina. Fugamos do abismo. Fugamos de tudo o que pode marear a limpidez do nosso espírito e esfrangalhar sua integridade. Cumpramos os nossos deveres! (Relatório Geral, 1941, p. 44 - 45)

O teor desses comentários possui uma profunda moralização da visão de mundo: apresenta-se uma perspectiva de combate entre o mundo moderno e a cultura católica. O Relatório Geral de 1941 ganha maior importância nesse quesito devido a volumosa descrição desse tipo de fala.

A fala do paraninfo e professor Padre Scharader relembra que o sentido da educação oferecida pelo Colégio Catarinense não se restringia a preparação para o ensino superior, mas para o cultivo da devoção a Deus e a Pátria: “ Não há vida mais bela e preciosa, mais virtuosa e meritório do que aquela se sacrifica pelo bem dos outros, pelo bem da Pátria e pela Glória de Deus. ” (1941, p. 46). Por isso, continua o paraninfo, o dever dos formandos lá presentes era proteger os valores cristãos e adentrar no conflito da época: “Na nossa era dos evangelhos, diametralmente lutam, mais do que nos tempos passados, para conquistar o futuro. ” (1941, p. 46).

Continuando, conclama o Evangelho de Jesus que segue os preceitos da Igreja e o Evangelho de Lúcifer, do culto às paixões humanas e típico dos homens modernos. Este último evangelho possui grande capilaridade na sociedade e era responsável pelas grandes tragédias da época.

Este evangelho, procedendo das paixões perversas dos homens, é, nos nossos dias, propagado por inúmeros apóstolos, livros, revistas e jornais, estendendo os tentáculos, como um pólipó gigantesco ilegível toda a terra, procurando capturar de preferência a juventude. As consequências funestas destas idéias e doutrinas falsas, manifestam-se pelas horríveis calamidades que atualmente afligem a humanidade: quase a metade do mundo está envolvida em guerras sanguinolentas, cuja violência e extensão vão crescendo dia em dia (Relatório Geral, 1941, p. 47).

Essa sequência de falas presentes na formatura dos quintanistas de 1941 dão cor ao aparato ideológico estabelecido no Colégio. A sacralização de assuntos delicados para sociedade foi instrumento também usado pelo Estado Novo, vide as falas dos inspetores federais junto da presença de autoridades estatais.

Porém, cabe pontuar que o Estado Novo havia delimitado sua autonomia em relação à Igreja quando o assunto era gerir os rumos do país: a relação foi de aliança e uso dos

discursos no combate aos inimigos em comum, como o liberalismo político e o comunismo, mas no campo das decisões o poder estatal se mantinha soberano.

A continuação dos conflitos entre a Ação Integralista e a Aliança Liberal levam ao Levante Comunista de 1935. O seu fracasso gera o decreto de estado de sítio no mesmo ano e ao golpe de estado em 1937. Como dito anteriormente, a incapacidade da Igreja de exercer influência nas demandas das classes populares leva a adesão ao recém-criado Estado Novo. Em consequência, foram exigidas da Igreja algumas atitudes que buscavam estrangular ações contrárias ao pensamento estadonovista.

Duas dessas tiveram significativa ingerência na estrutura eclesiástica: a primeira foi o afastamento de padres que tinham ligação com os integralistas e a segunda foi a proibição de sermões em língua estrangeira, o que atrapalhava muito o trabalho pastoral nas regiões de colonização estrangeira no sul do país (BEOZZO, 1984, p. 326). A tática de pressão política a partir de políticos e partidos apoiados pela LEC não possuía mais validade frente a insegurança jurídica imposta pelo governo.

Contudo, essa união se mantém firme até o fim do Estado Novo, conseguindo importantes benefícios em momentos chave, como o Decreto-lei N° 6535 que criava o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas durante as expedições na Itália (BEOZZO, 1984). Mas a principal aliança ficou no campo dos costumes, como apresenta Getúlio Vargas em banquete oferecido aos bispos brasileiros no Itamarati, em 1939.

Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhes ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela - sem ordem e sem disciplina portanto, - os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história (...) (VARGAS apud BEOZZO, 1984, p. 325).

4.3.4 Fixando campo nos temas sociais e culturais

O aval foi dado quando o assunto era o controle da conduta social, nada mais. Assim algumas temáticas muito sensíveis à Igreja conseguiam ganhar visibilidade. O Relatório Geral de 1943 apresenta o *Terceiro Congresso de Brasilidade*, que pelo o que é descrito fez parte de uma série de eventos promovidos pelo colégio um ano após a entrada do país na Segunda Guerra Mundial: semana da borracha, semana do livro, semana da criança, semana

missionária, todas com a presença de autoridades estatais. Sobre o congresso, o Prefeito Geral Padre Bertoldo Braun disserta sobre o tema *Unidade Moral*.

Convidando para expor a tese sobre a unidade moral e social apresento ao exmo. sr. Interventor Federal sinceros agradecimentos pela distinção imerecida. O seletor auditorio queira ceder-me, por uns momentos, a sua inteligente e indulgente atenção na exposição de uma pequena parcela da tese a que me restringirei: A glorificação da maternidade como unidade moral e social (Relatório Geral, 1943, p. 7).

São apresentados como destaques as duas principais autoridades do Estado, o Interventor Federal Nereu Ramos e do General Meira de Vasconcelos, comandante da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, e o chefe da Igreja de Santa Catarina, o Arcebispo de Florianópolis Dom. Joaquim Domingues. São destinadas oito páginas para temas como a importância da mãe na manutenção da família, o problema da baixa natalidade dos anos em questão até as novas ideias do mundo moderno que destroem as bases de uma sociedade católica.

Atentam contra a maternidade da mulher brasileira todos os que se batem por ideologia ou por ganância comercial, pelos preventivos e remédios anti-concepcionais... Todos aqueles que provocam a esterilidade da mulher brasileira por quais meios e motivos que não sejam indicados pela moral católica. Atentam contra a maternidade da mulher brasileira todos os que favorecem o aborto e assim matam a semente viva do Brasil. Eis os sabotadores de todas as categorias que espalham veneno na Horta Viva da Vitória do Brasil, eis os assassinos da maternidade. E não menos perigosos são os que espalham o veneno da ideia: os propagandistas da família brasileira e que provoca, como sintomas concomitantes, o arrasamento completo da família numerosa (Relatório Geral, 1943, p. 12).

A Igreja sozinha se mostrava incapaz de combater a totalidade desses problemas, requerendo ajuda da autoridade civil.

A Igreja faz tudo ao seu alcance para garantir a honra da maternidade e a vida do nascituro, os argumentos são incontestes. O Estado: Em todo o Brasil se deveria falar nesta hora sobre a dignidade da maternidade. Falar, convencer para que seja mais respeitada. O Estado: Em especial o Estado Novo, orientado pelo notável Chefe que é o dr. Getúlio Vargas, encara de frente, em todos os setores, o problema da família brasileira. As Leis trabalhistas se baseiam nas encíclicas papais e tendem a garantir ao operário o salário familiar, base da família numerosa. O abono familiar veio garantir a existência da família numerosa (Relatório Geral, 1943, p. 13).

4.3.5 Dom. Joaquim e a igreja de Santa Catarina

A possibilidade em dizer essas opiniões fez parte do jogo político que envolvia a Igreja e o Estado. Porém, como trabalhado no primeiro capítulo, a política local tinha

importante papel em fazer as pontes entre essas duas instituições, de fazer valer o valor de uma e de outra.

Rogério Luiz de Souza, em sua dissertação *A construção de uma nova ordem - Catolicismo e Ideal Nacional em Santa Catarina (1930 - 1945)*, afirma que a presença do Arcebispo Dom. Joaquim Domingues, até agora não pontualmente descrito, foi essencial na inserção do discurso conservador nas igrejas de Santa Catarina e, muito provavelmente, no Colégio Catarinense.

Dom. Joaquim Domingues de Oliveira chefiou a Arquidiocese de Florianópolis de 1914 até 1967¹⁷. Nesse ínterim, controlou o processo de romanização da igreja no estado, estabelecendo relação muito próxima com as elites políticas. Apoiou o governo oriundo da Revolução de 30, mantendo-se fiel em períodos conturbados, como a Revolução Constitucionalista de 1932, na Intentona Comunista de 1935 e apoiando o golpe do Estado Novo (SOUZA, 1996, p. 64 - 68). As opiniões e desejos de sociedade de Nereu Ramos e Dom Joaquim firmaram tranquilamente o Estado Novo em terras catarinenses.

Na inauguração de um grupo escolar e de uma nova rodovia, nas cerimônias cívico-religiosas, nas conferências realizadas no Palácio Episcopal e na Catedral Metropolitana, nas festas religiosas ou numa simples cerimônia de inauguração de retrato, lá estavam os dois representantes maiores do Estado, desempenhando os seus papéis sociais (SOUZA, 1996, p. 69 - 70).

A influência que Dom. Joaquim obteve nesse período foi enorme porque se posicionou desde o princípio como um árduo defensor da postura antiliberal que a Igreja Católica deveria assumir. Sua formação baseou-se em pensadores católicos como Tomás de Aquino, Bousset, De Meitre, Kurth e Balmes, demonstrando um profundo desprezo pelos ideais liberais da Revolução Francesa (SOUZA, 1996, p. 118).

Assim, o chefe da Igreja Católica em Santa Catarina usa ao longo dos anos métodos que centralizaram o pensamento católico no núcleo conservador do Arcebispado de Florianópolis: legitimar sua força junto dos poderes estaduais e federais, participando de cerimônias diversas e pronunciando-se a favor dos mesmos interesses, assim como arregimentar o clero local, a imprensa e as associações católicas em cerimônias com teor político e moral. É o caso do Colégio Catarinense, fruto desse processo já em 1906¹⁸.

¹⁷ Mesmo tomando posse em 1914, somente em 1927 a Diocese de Florianópolis torna-se Arquidiocese.

¹⁸ Esses métodos podem ser entendidos como parte do movimento de romanização da Igreja no estado, processo anterior a adoção quase oficial do pensamento antiliberal e estadista.

4.3.6 Uma ciência “recristianizada”

Porém, o terceiro método baseava-se na criação e manutenção de círculos de estudo do pensamento católico, buscando conectar a elite intelectual catarinense com os as reivindicações católicas (SOUZA, 1996). Dessa forma, foi necessário retirar o pensamento que desconectava os princípios católicos da racionalidade científica, ampliando o poder de influência em áreas tradicionalmente alheias a Igreja. No Relatório Geral de 1944 essa aproximação é observada na página 17 com a descrição da formatura dos bacharéis da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

A já comentada relação quase simbiótica entre Igreja e Estado é novamente apresentada no relatório, pois, de acordo com o relatório, a colação de grau dos bacharéis da Faculdade de Direito, uma instituição pública, ocorreu na Catedral Metropolitana, tendo uma missa chefiada pelo Prefeito Geral do Colégio Catarinense Padre Bertoldo Braun:

Às 8 horas de sábado último, na Catedral Metropolitana, celebrada pelo revmo. Pe. dr. Alvino Bertoldo Braun, diretor do Colégio Catarinense, efetuou-se missa em ação de graças.” (Relatório Geral, 1944, p. 17).

A força do ato em si aumenta se pararmos para pensar que em 1937 foi estabelecido o primeiro Curso Pré-Jurídico em Santa Catarina, com a intenção, dita explicitamente no Relatório Geral de 1937, de preparar no Colégio Catarinense os alunos que ingressariam na Faculdade de Direito do estado.

A tônica do sermão acentua a aproximação, ou pelo menos a intenção, de restabelecer os princípios católicos de ética e moral nas ciências modernas, estabelecendo um discurso de subordinação de uns para com outros. Para isso, Bertoldo Braun afirma a necessidade de subordinação.

Diante do altar do Deus justo viestes prestar um compromisso. Esta tarde pronunciareis o mesmo compromisso perante os vossos mestres e perante a sociedade; agora o prestais diante do Juiz eterno que um dia será o Juiz dos vossos julgamentos. Oh! que a gravidade dêste momento vos empolgue e se imprima em vossas consciências como caráter indelével, para que, sempre lembrados de Deus, de quem desce todo o poder e que é o autor de tôda a Justiça e sem o qual não há e não pode haver nem direito nem justiça, senão, o direito do mais forte e a justiça iniquidade, jamais vos iludam as aparências do mundo enganador (Relatório Geral, 1944, p. 18).

Sociologia, filosofia e a literatura devem ser saberes subordinadas à ação dos católicos na sociedade, virando armas na luta contra os valores burgueses antiespirituais e na manutenção dos princípios católicos na sociedade. Um dos motivos dessa ação reativa dos

católicos sobre a cultura e o saber científico foi a crescente separação da produção intelectual das instituições católicas.

O cenário de queda do liberalismo gerou uma demanda por um novo tipo de conhecimento, dando combustível a reformulação de um pensamento católico conservador mais palatável aos círculos intelectuais. Velloso (1978) exemplifica um trabalho sociológico com estas noções.

Sebastião Pinheiro de Magalhães Bastos, em *Um inquérito social*, apresenta um trabalho, baseado na observação direta, sobre as condições de vida de um grupo de moradores no Morro do Querosene, no Rio de Janeiro. Esclarece que o seu pensamento encontra-se fundamentado nos 10 princípios que compõem a base da sociologia cristã, ou seja, na socialidade, providência humana, mediação, finalidade, justiça, totalidade, autoridade, economia, educação e progresso. (VELLOSO, 1978, p. 154)

Os princípios cristãos deveriam estabelecer o juízo de valor de uma elite intelectual, a mesma que era a econômica e a política, que possibilitasse fixar a Igreja Católica em uma posição de influência. As quatro páginas destinadas reafirmam a necessidade dos alunos ali formados de levar a ética cristã para seu campo de trabalho: o discurso das noções de direito se confunde com as noções de cristandade, pois a ética e a moral por trás dos julgamentos deveriam ser exercidos por uma visão cristã de mundo e de sociedade.

Vós tendes a felicidade da Fé. Levai-a para a vida, levai-a para as lidas dos tribunais, para as salas dos júris, para os pleitos, para as consciências de todas os vossos constituintes, e fazei a justiça como Rui a fez, seguindo o lema: Não há justiça, não haja Deus. Não levanteis jamais mão sacrílega contra o que há de mais sagrado no mundo: A esposa do juiz eterno, a Igreja de Cristo e seus ministros, porque quem ousar bater no rosto da Mãe, será exterminado!

4.3.7 Manutenção do discurso em 1945

A manutenção desse discurso se mantém ainda no último relatório analisado aqui. O ano da redemocratização no país, onde os protagonistas das grandes decisões se realinhavam no xadrez político, possibilitou a Igreja se afastar do Estado Novo em seu período de desintegração. Ao mesmo tempo, mantinha o alinhamento com o poder local.

Os discursos conservadores ligados ao pensamento católico ainda estavam vivos nas páginas dos relatórios, porém, bem mais reduzidos. O pensamento anticomunista e antiliberal é percebido no Relatório Geral de 1945, em mais uma colação de grau dos bacharelados da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Jamais ideologias amorais vos arrastem para o plano inclinado da dobléz que transforma homens em monstros humanos no meio da sociedade. Ideologias que rejeitam tôda a noção da família, a base da sociedade ... que rejeitam toda a função da Pátria que é sagrada ... que destroem toda a idéa de Deus” que é fundamental, e que faz parte, conforme a ciência mais moderna, das nossas atividades essenciais” ... “Os sistemas de govêrno, inteiramente construídos no espírito de doutrinários, são absolutamente destituídos de valor. Os princípios da Revolução francesa, as visões de MARX e de LENINE só se aplicam a homens abstratos”, (pág. 42). Sede, pois, vós luzes brilhantes a orientar criaturas infelizes, enganadas e transviadas (Relatório Geral, 1945, p. 39).

José Oscar Beozzo explica, todavia, que a situação da Igreja muda de parâmetro. Em 1942 morre o Cardeal Dom Leme, o principal articulador da igreja no país, deixando o episcopado sem liderança que centralizasse as ações nacionalmente. A corrente de pensamento autoritário é quebrada ao mesmo tempo que a manutenção do Estado Novo se tornava insustentável, possibilitando que muitos pensadores católicos se pulverizassem em setores liberais e progressistas (BEOZZO, 1984, p. 326 - 327).

Entretanto, no seu histórico elitista e sua íntima relação com as elites políticas e militares nos leva a crer que o pensamento católico conservador se mantém no ambiente do Colégio Catarinense, como visto no Relatório Geral de 1945.

5 CONCLUSÃO

O Colégio Catarinense foi a principal instituição educacional das elites no estado de Santa Catarina. Porém, o ponto chave de todo esse trabalho foi entender como procedeu a formação dos alunos que lá estavam durante a ditadura estadonovista (1937 - 1945), sendo o primeiro ponto de discussão foi analisar relatórios do Colégio Catarinense, percebemos que a aplicação de um ideal de cidadão passava por algumas instâncias: a influência das oligarquias locais na manutenção do estabelecimento, a relação de proximidade prévia estabelecida com os militares, a constante aceitação da influência cultural norte-americana, o controle centralizador promovido pela igreja de Santa Catarina e , por fim, a sujeição ao regime ditatorial promovido pelo Estado Novo.

Cara ponto foi destrinchado ao longo dos dois capítulos, o que nos levou a conclusão de que a aplicação do modelo de cidadão obediente às ordens do governo central foi muito mais facilmente aplicada no colégio devido a existência de um terreno histórico que já o preparava para isso. Seja com a presença histórica das elites do estado na vida do colégio ou na reorganização social, política e cultural da Igreja Católica no país, o Colégio Catarinense se apresentou como uma instituição adequada às premissas demandas pelo Estado Novo.

Firmada essa conclusão, um ponto importante que podemos tirar aqui é que todo o regime autoritário deve ser olhado a partir de suas bases de sustentação, que não somente legitimam sua existência, mas que também possibilitam a existência destes regimes em períodos de instabilidade. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, diversos fatores internos e externos levaram à deterioração desses apoios, terminando o governo com uma deposição militar em 29 de outubro de 1945 (CAPELATO, 2007, P. 138 - 139). A separação de Getúlio Vargas dos militares e da igreja levaram à criação do Trabalhismo, movimento voltado à grupos de esquerda e populares que levariam Vargas novamente a presidência, agora em 1951.

A partir dessas constatações podemos definir que uma análise historiográfica das bases de sustentação de um governo reverbera em todas as esferas sociais, e a educação não foge disso. A instituição de ensino secundário mais tradicional de Florianópolis esteve em 1937 com bases “adequadas” à assimilação do Estado Novo, porém, como em todo o regime autoritário, algumas partes possuem bem menos força em impor suas vontades do que outras. Pensar que o Colégio Catarinense apenas aceitou de bom grado as imposições estadonovistas é uma conclusão errônea, todavia, cabe em uma análise acentuar o “terreno” na qual esta instituição se fixava, seus antecedentes e o entorno social, político e cultural que a envolvia. Assim, essa

análise enriquece nossas perspectivas historiográficas envolvendo o campo educacional, possibilitando um enriquecimento constante dessa disciplina tão combatida ao longo dos anos.

6 FONTES

Relatórios lidos (Museu do Homem do Sambaqui – COLÉGIO CATARINENSE)

- Relatório Geral do Ginásio Catarinense. Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1937.
- Relatório Geral do Ginásio Catarinense. Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1938.
- Relatório Geral do Ginásio Catarinense. Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1939.
- Relatório Geral do Ginásio Catarinense. Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1940.
- Relatório Geral do Ginásio Catarinense. Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1941.
- Relatório Geral do Ginásio Catarinense (Colégio Catarinense). Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1942.
- Relatório Geral do Colégio Catarinense (Ginásio Catarinense). Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1943.
- Relatório Geral do Colégio Catarinense (Ginásio Catarinense). Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1944.
- Relatório Geral do Colégio Catarinense (Ginásio Catarinense). Florianópolis. Ed. Colégio Catarinense. 1945.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. Organizador: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1984. p. 383 – 416.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. Organizador: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1984. p. 273 – 341.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Fapesp, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. Organizadores: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves de. **O tempo do nacional-estatismo** – do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p. 109 – 143.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. Organizadora: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 341-345.

DALLABRIDA, Norberto. **A força da tradição**: ex-alunos do Colégio Catarinense em destaque e em rede. Revista História da Educação, v. 12, n. 26, p. 141-163, 2008.

DALLABRIDA, Norberto; CATARINENSE, Ginásio. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Cidade Futura, 2001.

DALLABRIDA, Norberto. **Disciplina e devoção**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação: História e memória da educação brasileira. Natal. 2002. p. 1-10.

DALLABRIDA, Norberto. **Ginásio Catarinense**: cultura escolar burguesa e distinção social. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia. 2006. P. 1- 9.

DE ARAUJO, Rodrigo Nabuco. **A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930–1964): declínio ou permanência?**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 15, n. 20, p. 245-273, 2008.

DE FÁVERI, Marlene. **Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. Esboços: histórias em contextos globais, v. 16, n. 22, p. 91-109, 2009.

DE SOUZA, Rogério Luiz. **Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense**. Editora Unisinos, 2005.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. Organizadora: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. p. 21-38.

GOETZINGER, Camila. **O Office of The Coordinator Of Inter-American Affairs e o Instituto Brasil-Estados Unidos em Florianópolis na década de 1940**. Revista Santa Catarina em História, v. 8, n. 2, p. 61-75, 2014.

HACKENHAAR, Clayton. **A Campanha de Nacionalização em Santa Catarina (1937-1945): integração cultural e disputas políticas**. Revista Latino-Americana de História, v. 4, n. 14, p. 151-168, 2015.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. **Cultura cívica e memória no Estado Novo brasileiro**. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, v. 13, n. 2, p. 401-412, 2009.

PINTO, Sergio Murilo. A doutrina Góis: síntese do pensamento militar no Estado Novo. Organizadora: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1999. P. 291 – 307.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Editora FGV. 1984.

SOUZA, Rogerio Luiz de. **A construção de uma nova ordem: catolicismo e ideal nacional em Santa Catarina (1930-1945)**. 1996.

VELLOSO, Monica Pimenta. **A ordem**: uma revista de doutrina, política e cultural católica. *Revista de Ciência Política*, v. 21, n. 3, p. 117-160, 1978.